

## PROJETO DE REGULAMENTO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS

### Índice

Título I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Título II SERVIÇOS E CONTAS REGULADAS .....	6
Título III INCIDÊNCIA E ESTRUTURA TARIFÁRIA.....	8
Capítulo I Serviço de abastecimento público de água.....	8
Secção I Serviços prestados em alta.....	8
Secção II Serviços prestados em baixa .....	9
Capítulo II Serviço de saneamento de águas residuais urbanas.....	14
Secção I Serviços prestados em alta.....	14
Secção II Serviços prestados em baixa .....	14
Título IV MODELO DE DETERMINAÇÃO DE TARIFAS E DE RENDIMENTOS TARIFÁRIOS .....	20
Capítulo I Disposições gerais .....	20
Capítulo II Determinação dos proveitos permitidos totais .....	21
Capítulo III Determinação das tarifas e dos rendimentos tarifários.....	31
Secção I Serviço de abastecimento público de água.....	31
Secção II Serviço de saneamento de águas residuais urbanas .....	33
Título V PROCEDIMENTOS PARA A DEFINIÇÃO DOS PROVEITOS PERMITIDOS TOTAIS, TARIFAS E RENDIMENTOS TARIFÁRIOS .....	36
Título VI REPORTE DE INFORMAÇÃO PERIÓDICA À ENTIDADE REGULADORA.....	39
Título VII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....	40
ANEXO I a que se refere o n.º 3 do artigo 38.º, n.º 1 do artigo 39.º e n.º 9 do artigo 41.º do RTA .....	43
Apuramento dos proveitos permitidos totais dos serviços regulados de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas.....	43
A) Determinação dos proveitos permitidos totais por serviço .....	43
B) Determinação dos proveitos permitidos por serviço .....	44
C) Ajustamentos .....	48
D) Incentivos.....	51
E) Desvio de recuperação de gastos.....	52
F) Apoios financeiros externos .....	52

G) Variação do saldo regulatório.....	53
Apuramento dos proveitos tarifários do serviço de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais .....	54
A) Proveitos tarifários dos serviços prestados em alta .....	54
B) Proveitos tarifários do serviço prestado em baixa.....	54
C) Proveitos tarifários gerados pela disponibilidade do serviço .....	55
D) Proveitos tarifários gerados pela utilização efetiva do serviço .....	57
E) Proveitos tarifários gerados pela utilização de serviços auxiliares .....	58
Cálculo das tarifas do serviço de abastecimento público de água.....	59
A) Tarifas do serviço prestado em alta.....	59
B) Tarifas do serviço prestado em baixa a utilizadores domésticos.....	60
C) Tarifas do serviço prestado em baixa a utilizadores não-domésticos .....	63
D) Tarifas dos serviços auxiliares.....	64
Cálculo das tarifas e dos rendimentos tarifários do serviço de saneamento de águas residuais urbanas.....	65
A) Rendimentos tarifários do serviço prestado em alta.....	65
B) Tarifas do serviço prestado em baixa a utilizadores domésticos.....	66
C) Tarifas do serviço prestado em baixa a utilizadores não-domésticos .....	70
D) Tarifas dos serviços auxiliares.....	72

## Título I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Artigo 1.º

##### Objeto

O presente Regulamento tem por objeto a definição das regras respeitantes à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e rendimentos tarifários e às respetivas obrigações de prestação de informação.

#### Artigo 2.º

##### Âmbito

O presente Regulamento obriga todas as entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal e de titularidade municipal, em modelo de gestão direta, que prestam serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas.

#### Artigo 3.º

##### Siglas e definições

1 – No presente Regulamento são utilizadas as seguintes siglas:

- a) Ano t – Ano do período regulatório;
- b) BAR – Base de ativos regulados;
- c) Entidade Reguladora – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos;
- d) IHPC – Índice harmonizado de preços no consumidor;
- e) IRC – Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas;

2 – Para efeitos do presente regulamento entende-se por:

- a) «Abastecimento público de água»: fornecimento de água com qualidade adequada ao consumo humano, nos termos exigidos pela Lei;
- b) «Águas residuais urbanas»: recolha de águas residuais domésticas ou águas resultantes da mistura destas com águas residuais industriais e/ou com águas pluviais;
- c) «Águas residuais urbanas tratadas»: águas residuais sujeitas a um processo de tratamento que permita o cumprimento das disposições constantes do Título de Utilização de Recursos Hídricos (TURH) da respetiva instalação de tratamento e, quando aplicável, do TURH do utilizador de águas residuais tratadas;
- d) «Ativo»: bem com carácter duradouro ou de permanência na entidade gestora, controlado por esta e em relação ao qual é esperado um benefício económico futuro no

- âmbito da atividade regulada, não sendo destinado a venda ou transformação no decurso das atividades da entidade gestora;
- e) «Banda tarifária»: intervalo compreendido entre a tarifa média correspondente ao limiar mínimo e a tarifa média correspondente ao limiar máximo dos proveitos permitidos;
  - f) «Caudal permanente ( $Q_3$ )»: caudal mais elevado, nas condições estipuladas de funcionamento, ao qual é requerido que o contador funcione dentro dos erros máximos admissíveis;
  - g) «Coeficiente de recolha»: fator que relaciona o volume de águas residuais urbanas recolhidas e o volume de água abastecida;
  - h) «Contrato com o utilizador final»: vínculo jurídico estabelecido entre a entidade gestora e qualquer pessoa, singular ou coletiva, pública ou privada, referente à prestação, permanente ou eventual, do serviço pela primeira à segunda;
  - i) «Entidades gestoras»: as entidades a quem compete a gestão e gestão dos sistemas de abastecimento público de água ou de saneamento de águas residuais urbanas e que prestam esses serviços a utilizadores finais ou a outras entidades gestoras;
  - j) «Entidade competente»: entidade a quem cabe definir os proveitos permitidos totais, as tarifas e os rendimentos tarifários em função da titularidade do sistema, bem como do modelo de gestão, que no caso de sistemas de titularidade estatal é a entidade reguladora e no caso de sistemas de titularidade municipal são os municípios;
  - k) «Entidades titulares»: entidades que, nos termos da lei, tenham por atribuição assegurar a provisão do serviço de abastecimento público de água e do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, de forma direta ou indireta;
  - l) «Estrutura tarifária»: conjunto de tarifas aplicáveis em contrapartida da prestação dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas e respetivas regras de aplicação;
  - m) «Serviços auxiliares»: serviços prestados pela entidade gestora, de carácter conexo com os serviços de águas, mas que, pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, são objeto de faturação específica;
  - n) «Serviços de águas»: serviço de abastecimento público de água e/ou serviço de saneamento de águas residuais urbanas;
  - o) «Serviço em alta»: serviço de abastecimento público de água ou de saneamento de águas residuais urbanas prestado a entidades gestoras.

- p) «Serviço em baixa»: serviço de abastecimento público de água ou de saneamento de águas residuais urbanas prestado a utilizadores finais.
- q) «Sistemas de abastecimento público de água ou de saneamento de águas residuais urbanas»: conjuntos funcionalmente interligados de infraestruturas, equipamentos, meios logísticos e humanos e relações jurídicas destinados à prestação dos serviços de abastecimento público de água ou de saneamento de águas residuais urbanas;
- r) «Tarifa média»: valor resultante da divisão dos proveitos permitidos totais pelos volumes de abastecimento público de água ou de saneamento de águas residuais urbanas previstos faturar, antes da atribuição de subsídios à exploração;
- s) «Taxa de variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor» ou « $\Delta$ IHPC»: variação média anual M (12,12). As taxas de variação do IHPC correspondem às mais recentes publicadas pelo Banco de Portugal, à data da sua aplicação, ou na ausência destas, a taxas equivalentes publicadas por outras instituições oficiais;
- t) «Utilizador»: pessoa singular ou coletiva, pública ou privada, a quem seja assegurado, de forma contínua, o serviço de abastecimento público de água ou de saneamento de águas residuais urbanas, podendo ser classificado como entidade gestora ou utilizador final.
- u) «Utilizador final»: pessoa singular ou coletiva, pública ou privada, a quem sejam assegurados de forma continuada os serviços de águas e que não tenha como objeto da sua atividade a prestação desse mesmo serviço a terceiros, podendo ser classificado como:
  - i) «Utilizador doméstico»: aquele que use os prédios urbanos para fins habitacionais;
  - ii) «Utilizador não-doméstico»: aquele que não esteja abrangido pela subalínea anterior, incluindo o Estado, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos, as entidades dos sectores empresariais do Estado e das autarquias, alojamento local quando não for morada fiscal do proprietário e ainda os condomínios de prédios urbanos para fins habitacionais.

#### Artigo 4.º

##### Prazos

Os prazos estabelecidos no presente regulamento contam-se nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 5.º  
Princípios gerais

O presente regulamento obedece aos seguintes princípios:

- a) Igualdade de tratamento e de oportunidades;
- b) Promoção da equidade nas estruturas tarifárias;
- c) Estabilidade regulatória e tarifária;
- d) Valor económico da água;
- e) Valor social da água;
- f) Utilizador-pagador;
- g) Utilização sustentável dos recursos hídricos;
- h) Promoção tendencial da universalidade e da igualdade de acesso;
- i) Sustentabilidade económica e financeira dos serviços;
- j) Autonomia local;
- k) Garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos, respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis.

## Título II SERVIÇOS E CONTAS REGULADAS

Artigo 6.º  
Serviços regulados

- 1 – Para efeitos do presente regulamento, são serviços regulados o serviço de abastecimento público de água e o serviço de saneamento de águas residuais urbanas.
- 2 – As entidades gestoras podem prestar serviços em alta, serviços em baixa ou, conjuntamente, serviços em alta e em baixa.
- 3 – As entidades gestoras que prestem serviços, conjuntamente, em alta e em baixa devem obedecer às regras regulatórias para determinação de proveitos permitidos totais, de tarifas e de rendimentos tarifários, constantes dos capítulos II e III do título IV, respetivamente.

Artigo 7.º  
Atividades reguladas

- 1 – O serviço de abastecimento público de água compreende as atividades de captação, tratamento, adução e distribuição de água.
- 2 – O serviço de saneamento de águas residuais urbanas compreende as atividades de recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, podendo ainda incluir a

valorização de subprodutos resultantes daquelas atividades, nomeadamente a disponibilização das águas residuais tratadas aptas a novas utilizações, ou valorização de lamas, sempre que técnica e economicamente viável.

- 3 – As atividades reguladas do serviço de saneamento de águas residuais urbanas podem ainda incluir a gestão de pluviais.
- 4 – Para efeitos do presente regulamento, as atividades reguladas podem ser consideradas:
  - a) atividades principais: as inerentes e indispensáveis à prestação dos serviços de águas confiados à entidade gestora, incluindo a prestação de serviços auxiliares;
  - b) atividades complementares: as que, não estando integradas nas atividades principais, utilizam de forma duradoura ou esporádica, ativos afetos àquelas atividades, otimizando a rentabilidade dos mesmos.
- 5 – São consideradas atividades não reguladas todas as que não são abrangidas pelos números 1, 2 e 3 do presente artigo.

#### Artigo 8.º

##### Partilha de infraestruturas entre entidades gestoras

- 1 – As entidades gestoras podem acordar na partilha de infraestruturas, com vista à otimização da capacidade instalada ou a instalar.
- 2 – A partilha prevista no número anterior pode ser concretizada através de:
  - a) Acordo de prestação de serviços para utilização da capacidade instalada de infraestruturas preexistentes, para colmatar necessidades da entidade gestora adquirente do serviço;
  - b) Acordo para a construção e partilha da exploração de infraestrutura, no qual deve ser regulada, nomeadamente, a comparticipação de cada entidade gestora nos custos de construção e operação da infraestrutura, na propriedade e nas obrigações e direitos de cada entidade gestora ao longo da vida útil da infraestrutura.
- 3 – Na situação prevista na alínea a) do n.º 2, a prestação de serviços pela entidade gestora que disponibiliza a infraestrutura constitui uma atividade complementar, devendo o respetivo preço e condições contratuais recuperarem os respetivos custos de exploração, a remuneração e a recuperação dos investimentos objeto de partilha, nos mesmos termos que estão definidos para o serviço principal.
- 4 – O acordo para a construção e partilha da exploração de infraestrutura, a que se refere a alínea b) do n.º 2, constitui uma atividade principal para ambas as entidades gestoras, devendo as tarifas ou rendimentos tarifários ser fixados nos termos previstos no presente regulamento.

- 5 – A titularidade de infraestruturas construídas em partilha, nos termos do número anterior, tem de ser imputada a entidades abrangidas pela atividade regulatória da entidade reguladora.
- 6 – As entidades gestoras que partilhem infraestruturas podem beneficiar de incentivos previstos no presente regulamento, nos termos a definir pela entidade reguladora.
- 7 – As infraestruturas construídas em partilha são objeto de reporte de contas específico e repercutidas nas contas reguladas das entidades gestoras na proporção da respetiva percentagem na titularidade.

#### Artigo 9.º Contas reguladas

- 1 – As entidades gestoras mantêm atualizada a contabilidade para efeitos de regulação, adiante denominada de contas reguladas, de forma a permitir a aplicação e a validação dos procedimentos fixados no presente regulamento.
- 2 – A entidade reguladora emite documentos complementares que permitam especificar, detalhar ou clarificar as regras a que devem obedecer as contas reguladas.
- 3 – As contas reguladas podem ser previsionais ou reais e são auditadas e certificadas por um Revisor Oficial de Contas.

## Título III INCIDÊNCIA E ESTRUTURA TARIFÁRIA

### Capítulo I

#### Serviço de abastecimento público de água

#### Secção I

#### Serviços prestados em alta

#### Artigo 10.º Incidência das tarifas

Estão sujeitas às tarifas do serviço de abastecimento público de água as entidades gestoras utilizadoras do serviço.



## Artigo 11.º

### Estrutura tarifária

- 1 – Pela prestação do serviço de abastecimento público de água a entidades gestoras utilizadoras é aplicável, em cada sistema, uma tarifa única para todas as entidades utilizadoras em função do volume de água fornecido, calculada nos termos do presente regulamento.
- 2 – Apenas nos casos em que sejam estabelecidos períodos para convergência dos tarifários, nos termos do n.º 6 – do Artigo 16.º, podem ser aplicadas tarifas distintas entre as entidades utilizadoras.
- 3 – Para além da tarifa volumétrica identificada no n.º 1 –, as entidades gestoras podem aplicar uma tarifa fixa, desde que devidamente autorizadas pela entidade reguladora.

## Secção II

### Serviços prestados em baixa

## Artigo 12.º

### Incidência das tarifas

Estão sujeitos às tarifas dos serviços de abastecimento público de água prestados em baixa, os utilizadores finais a quem sejam prestados os respetivos serviços.

## Artigo 13.º

### Estrutura tarifária

Pela prestação do serviço de abastecimento público de água aos utilizadores finais, domésticos e não-domésticos, é aplicável, em cada sistema:

- a) A tarifa de disponibilidade, devida em função do período de consumo objeto de faturação e expressa em euros por dia;
- b) A tarifa variável, devida em função do nível de utilização do serviço durante o período objeto de faturação e expressa em euros por unidade de medida;
- c) As tarifas de serviços auxiliares, devidas por cada serviço prestado, e em função da unidade correspondente.

#### Artigo 14.º

##### Tarifa de disponibilidade

- 1 – Estão sujeitos à tarifa de disponibilidade os utilizadores finais abrangidos pelo Artigo 12.º relativamente aos quais o serviço de abastecimento público de água se encontre disponível.
- 2 – A disponibilidade do serviço é aferida nos termos definidos na legislação aplicável.
- 3 – Aos utilizadores finais domésticos cujo fornecimento seja medido através de um instrumento de medição com caudal permanente ( $Q_3$ ) igual ou inferior a  $4 \text{ m}^3/\text{hora}$  é aplicável uma tarifa de disponibilidade de valor único, expressa em euros por dia.
- 4 – Aos utilizadores finais domésticos cujo fornecimento seja medido através de um instrumento de medição com caudal permanente ( $Q_3$ ) superior a  $4 \text{ m}^3/\text{hora}$  é aplicável a tarifa de disponibilidade de valor idêntico à prevista para os utilizadores não-domésticos, expressa em euros por dia.
- 5 – A tarifa de disponibilidade aplicável aos utilizadores finais não-domésticos é diferenciada de forma progressiva em função do caudal permanente do contador:
  - a) Nível 1:  $n_1 = Q_3 \leq 4 \text{ m}^3/\text{hora}$
  - b) Nível 2:  $n_2 = Q_3 = 6,3 \text{ m}^3/\text{hora}$
  - c) Nível 3:  $n_3 = Q_3 = 10 \text{ m}^3/\text{hora}$
  - d) Nível 4:  $n_4 = Q_3 = 16 \text{ m}^3/\text{hora}$
  - e) Nível 5:  $n_5 = Q_3 \geq 25 \text{ m}^3/\text{hora}$
- 6 – A tarifa de disponibilidade definida para o nível 1 dos utilizadores não domésticos não pode ser inferior à definida para os utilizadores domésticos nos termos do n.º 3.

#### Artigo 15.º

##### Tarifa variável

- 1 – A tarifa variável do serviço de abastecimento público de água aplicável aos utilizadores domésticos é definida para cada um dos seguintes escalões de consumo para um período de 30 dias, expressos em metros cúbicos de água:
  - a) 1.º escalão: de  $0 \text{ m}^3$  a  $5 \text{ m}^3$ ;
  - b) 2.º escalão: superior a  $5 \text{ m}^3$  e até  $15 \text{ m}^3$ ;

- c) 3.º escalão: superior a 15 m<sup>3</sup> e até 25 m<sup>3</sup>;
  - d) 4.º escalão: superior a 25 m<sup>3</sup>.
- 2 – O valor final da componente variável do serviço devida pelo utilizador é calculado pela soma das parcelas correspondentes a cada escalão.
- 3 – A tarifa variável do serviço de abastecimento aplicável a utilizadores não-domésticos tem um valor único, expresso em euros por metros cúbicos.

Artigo 16.º  
Diferenciações tarifárias

- 1 – Dentro de cada tipologia de utilizador, doméstico e não doméstico, não deve existir diferenciação das tarifas, à exceção das situações elencadas no presente artigo.
- 2 – As entidades gestoras podem diferenciar as tarifas em função do período do ano de modo a atender a flutuações elevadas da procura de ordem sazonal ou de escassez de recursos hídricos.
- 3 – As entidades gestoras podem diferenciar as tarifas em função do horário de consumo, desde que disponibilizem os instrumentos de medição adequados.
- 4 – Os tarifários podem ser diferenciados nas situações de tarifários sociais, nos termos previstos na lei desde que o respetivo financiamento seja suportado pela entidade titular.
- 5 – Deve existir um tarifário para famílias numerosas, nos termos do Artigo 17.º.
- 6 – No caso de agregação de sistemas, de titularidade estatal ou municipal, a respetiva entidade titular pode definir, com carácter excecional, a aplicação de um período para convergência dos tarifários dos municípios associados, devendo definir os montantes e respetivas regras de recuperação de custos.
- 7 – As exceções aos números anteriores, desde que devidamente fundamentadas, devem ser objeto de autorização da entidade reguladora.

Artigo 17.º  
Tarifários para famílias numerosas

- 1 – As entidades gestoras disponibilizam tarifários para famílias numerosas aplicáveis aos utilizadores finais domésticos cuja composição do agregado familiar ultrapasse quatro elementos.

- 2 – O tarifário para famílias numerosas consiste no alargamento dos escalões da tarifa variável em 2 metros cúbicos por cada membro do agregado familiar que ultrapasse os quatro elementos.
- 3 – Para efeitos do número anterior, consideram-se membros do agregado familiar todos os residentes com domicílio fiscal na habitação servida.

#### Artigo 18.º

##### Tarifas de serviços auxiliares

- 1 – São aplicadas tarifas específicas pela prestação dos seguintes serviços auxiliares do serviço de abastecimento público de água:
  - a) Análise de projetos de sistemas prediais de abastecimento decorrente de solicitação do utilizador;
  - b) Execução de ramais nas situações previstas no Artigo 19.º;
  - c) Realização de vistorias ou ensaios de sistemas prediais de abastecimento decorrente de solicitação do utilizador;
  - d) Restabelecimento da prestação do serviço nas situações previstas no Artigo 22.º;
  - e) Leitura extraordinária de consumos de água decorrente de solicitação do utilizador;
  - f) Verificação extraordinária de contador decorrente de solicitação do utilizador, salvo quando se comprove a respetiva avaria por motivo não imputável ao utilizador;
  - g) Ligação temporária ao sistema público, designadamente para abastecimento a estaleiros e obras e zonas de concentração populacional temporária, tais como feiras, festivais e exposições;
  - h) Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização;
  - i) Deslocação ao local de consumo por motivo imputável ao utilizador.

- 2 – Não podem ser cobradas tarifas que obstem à contratação do serviço pelos utilizadores finais quando exista obrigação de ligação nos termos definidos na lei, designadamente pela celebração ou alteração de contrato, instalação de contador, vistorias impostas pela entidade gestora, entre outros procedimentos inerentes ao início da prestação do serviço.

#### Artigo 19.º

##### Tarifa de serviços auxiliares pela execução de ramal de ligação

- 1 – A tarifa de ramal de ligação é aplicável no caso de:

- a) Construção de ramais de ligação com uma extensão superior a 20 metros, a pedido do utilizador e mediante a comprovação, pela entidade gestora, da viabilidade técnica e económica da sua execução;
- b) Alteração de ramais de ligação por alteração das condições de prestação do serviço de abastecimento, por exigências do utilizador;
- c) Construção, para o mesmo prédio, de ramais adicionais aos definidos pela entidade gestora.

2 – Na situação prevista na alínea a) do número anterior, a tarifa de ramal incide apenas sobre a extensão que exceda os 20 metros.

3 – A tarifa de ramal consiste numa tarifa por metro linear, podendo a mesma ser diferenciada em função da tipologia do terreno de instalação do ramal.

#### Artigo 20.º

Tarifas aplicáveis a consumos que não originem águas residuais urbanas

- 1 – Os utilizadores finais, domésticos e não domésticos, podem requerer a instalação de contadores para usos que não deem origem a águas residuais urbanas recolhidas pelo sistema público de saneamento.
- 2 – A tarifa de disponibilidade adicional a aplicar ao utilizador, deverá corresponder a 50% do valor da tarifa correspondente ao caudal permanente ( $Q_3$ ) dos contadores a que se refere o número anterior.
- 3 – Aos consumos registados nos contadores referidos no n.º 1 é aplicada a tarifa variável de abastecimento prevista para os utilizadores finais não-domésticos.
- 4 – O consumo registado nos contadores referidos no n.º 1 não é elegível para o cômputo das tarifas de saneamento de águas residuais urbanas, quando exista tal indexação.

#### Artigo 21.º

Tarifa aplicada a roturas na rede predial de águas

Em caso de rotura comprovada, nos termos previstos no regulamento de relações comerciais, há lugar à correção da faturação aplicando-se ao consumo atribuível à rotura a tarifa que permite a recuperação de custos, que não deve ser inferior à tarifa do 2.º escalão aplicável aos utilizadores domésticos.

#### Artigo 22.º

##### Tarifa de restabelecimento da prestação dos serviços de águas

É devida uma tarifa pelo restabelecimento da prestação do serviço quando este seja realizado após interrupção:

- a) Solicitada pelo utilizador para intervenção na rede predial;
- b) Solicitada pelo utilizador por motivo de desocupação do imóvel por período inferior a 1 ano;
- c) Por motivo de mora no pagamento por parte do utilizador.

#### Artigo 23.º

##### Água para combate a incêndios

- 1 – Ao fornecimento de água destinada ao combate direto a incêndios não são aplicadas tarifas, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 2 – O abastecimento público de água destinada ao combate direto a incêndios é objeto de medição, ou, não sendo possível, de estimativa, para efeitos de avaliação do balanço hídrico dos sistemas de abastecimento.

### Capítulo II

#### Serviço de saneamento de águas residuais urbanas

##### Secção I

##### Serviços prestados em alta

#### Artigo 24.º

##### Incidência dos rendimentos tarifários

Estão sujeitas aos rendimentos tarifários dos serviços de saneamento de águas residuais urbanas as entidades gestoras a quem sejam prestados os respetivos serviços.

#### Artigo 25.º

##### Estrutura tarifária

Pela prestação do serviço de saneamento de águas residuais urbanas às entidades gestoras é aplicável, em cada sistema, um montante de rendimentos tarifários, calculados nos termos do presente regulamento.

##### Secção II

##### Serviços prestados em baixa

Artigo 26.º  
Incidência das tarifas

Estão sujeitos às tarifas do serviço de saneamento de águas residuais urbanas os utilizadores finais a quem sejam prestados os respetivos serviços.

Artigo 27.º  
Estrutura tarifária

Pela prestação do serviço de saneamento de águas residuais urbanas aos utilizadores finais, domésticos e não-domésticos, é aplicável, em cada sistema:

- a) A tarifa de disponibilidade, devida em função do período de utilização objeto de faturação e expressa em euros por dia;
- b) A tarifa variável, devida em função do nível de utilização do serviço durante o período de consumo objeto de faturação e expressa em euros por escalão de metros cúbicos de água residual urbana recolhida, medida ou estimada, num período de 30 dias;
- c) As tarifas de serviços auxiliares, devidas por cada serviço prestado, e em função da unidade correspondente.

Artigo 28.º  
Tarifa de disponibilidade

- 1 – Estão sujeitos à tarifa de disponibilidade os utilizadores finais abrangidos pelo Artigo 26.º relativamente aos quais o serviço de saneamento de águas residuais urbanas se encontre disponível.
- 2 – A disponibilidade do serviço é aferida nos termos definidos na legislação aplicável.
- 3 – A tarifa de disponibilidade aplicável aos utilizadores domésticos e não-domésticos é expressa em euros por dia e diferenciada de forma progressiva em função do caudal permanente (Q3) do contador associado ao abastecimento público de água, com a desagregação prevista no Artigo 14.º.
- 4 – Quando não exista serviço público de abastecimento de água, a tarifa de disponibilidade a adotar é a tarifa de utilizadores com características similares, nomeadamente atendendo à dimensão do agregado familiar, no âmbito do território abrangido pela entidade gestora, verificado no ano anterior.

## Artigo 29.º

### Tarifa variável

- 1 – A tarifa variável do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, prestado através de redes fixas ou por meios móveis, aplicável aos utilizadores domésticos, é aplicada ao volume de água residual recolhida, medida ou estimada, e é expressa em euros por metro cúbico por cada 30 dias:
  - a) 1.º escalão: de 0 m<sup>3</sup> a 5 m<sup>3</sup>;
  - b) 2.º escalão: superior a 5 m<sup>3</sup> e até 15 m<sup>3</sup>;
  - c) 3.º escalão: superior a 15 m<sup>3</sup> e até 25 m<sup>3</sup>;
  - d) 4.º escalão: superior a 25 m<sup>3</sup>.
- 2 – O valor final da componente variável do serviço devida pelos utilizadores domésticos é calculado pela soma das parcelas correspondentes a cada escalão.
- 3 – A tarifa variável do serviço de saneamento de águas residuais urbanas aplicável aos utilizadores não-domésticos tem um valor único e expresso em euros por metro cúbico.
- 4 – Quando não exista medição através de medidor de caudal, a tarifa variável é aplicada a uma estimativa do volume de água residual urbana recolhida, correspondente ao produto da aplicação de um coeficiente de recolha de referência de âmbito nacional, igual a 90%, ao volume total de água consumido.
- 5 – A tarifa variável para utilizadores não-domésticos pode ser diferenciada no caso de águas residuais industriais cujas características impliquem tratamento substancialmente distinto do de águas residuais urbanas de origem doméstica, de acordo com o Artigo 31.º.
- 6 – A indexação ao volume de água consumido referida no n.º 4 não se aplica quando:
  - a) O utilizador comprove ter-se verificado uma rotura na rede predial de abastecimento público de água;
  - b) Quando o serviço de abastecimento público de água não está disponível, ou quando haja dispensa de ligação aos sistemas públicos nos termos legais;
  - c) Exista comprovadamente consumo de água de origens próprias com afluência ao sistema público de saneamento;
  - d) Estejam em causa usos que não originem a produção de águas residuais urbanas;



- e) A indexação ao consumo de água das tarifas variáveis aplicáveis aos utilizadores não-domésticos não se mostre adequada por razões atinentes às atividades específicas que prosseguem.

7 – Nas situações previstas na alínea a) do número anterior a tarifa variável de saneamento é aplicável ao:

- a) Consumo médio do utilizador, apurado entre as duas últimas leituras reais efetuadas pela entidade gestora, antes de verificada a rotura na rede predial, ou consumo médio do utilizador em período equivalente nos dois anos anteriores, quando se constate a existência de sazonalidade;
- b) Consumo médio de utilizadores, com características similares, nomeadamente atendendo à dimensão do agregado familiar, no âmbito do território abrangido pela entidade gestora, verificado no ano anterior, na ausência de qualquer leitura subsequente à instalação do contador.

8 – Nas situações previstas na alínea b) do n.º 6 –, a tarifa variável de saneamento é aplicada ao volume médio de água abastecida aos utilizadores com características similares, nomeadamente atendendo à dimensão do agregado familiar, no âmbito do território abrangido pela entidade gestora, verificado no ano anterior.

9 – Na situação prevista na alínea c) do n.º 6 – a tarifa variável de saneamento é aplicada ao consumo médio de utilizadores com características similares no âmbito do território municipal verificado no ano anterior, na ausência de qualquer leitura subsequente à instalação do contador.

10 – Nas situações previstas nas alíneas d) e e) do n.º 6 –a tarifa variável de saneamento é reajustada tendo em conta o perfil do utilizador e mediante autorização da entidade reguladora.

#### Artigo 30.º

Tarifa pelo serviço de saneamento de águas residuais urbanas prestado através de meios móveis

1 – Pela recolha, transporte e destino final de lamas de fossas sépticas são devidas:

- a) Tarifas de disponibilidade e variáveis aplicadas nos termos do Artigo 28.º e do Artigo 29.º, como contrapartida da realização do número de serviços considerado adequado

pela entidade gestora, definido no contrato de recolha, em função do custo associado a cada um dos serviços de recolha;

- b) Caso o utilizador não disponha do serviço de abastecimento público de água, a tarifa de disponibilidade a aplicar deve corresponder ao nível  $Q_3 \leq 4 \text{ m}^3/\text{hora}$ , conforme a alínea a), do n.º 4 –do Artigo 14.º.
- c) Por cada serviço adicional prestado, relativamente ao estabelecido no contrato de recolha, uma tarifa de disponibilidade, calculada nos termos do Artigo 28.º, e uma tarifa variável de valor único e expressa em euros por cada metro cúbico de lamas recolhidas.

#### Artigo 31.º

##### Tarifas aplicáveis a águas residuais industriais

- 1 – Às águas residuais industriais cujos parâmetros de descarga cumpram os valores previstos no regulamento de serviço da entidade gestora, são aplicáveis as tarifas de utilizadores não-domésticos.
- 2 – Os custos com o tratamento das águas residuais industriais cuja carga orgânica exceda os parâmetros médios para os quais o sistema tenha sido preparado para tratar são contabilizados separadamente, sendo o serviço considerado como uma atividade complementar, sujeito ao disposto no Artigo 46.º.

#### Artigo 32.º

##### Diferenciações tarifárias

- 1 – Dentro de cada tipologia de utilizador, doméstico e não doméstico, não deve existir diferenciação das tarifas, à exceção das situações elencadas no presente artigo.
- 2 – As entidades gestoras podem diferenciar as tarifas em função do período do ano de modo a atender a flutuações elevadas da procura de ordem sazonal ou de escassez de recursos hídricos.
- 3 – As entidades gestoras podem diferenciar as tarifas em função do horário de consumo, desde que disponibilizem os instrumentos de medição adequados.
- 4 – Os tarifários podem ser diferenciados nas situações de tarifários sociais, nos termos previstos na lei desde que o respetivo financiamento seja suportado pela entidade titular.
- 5 – Deve existir um tarifário para famílias numerosas, nos termos do Artigo 33.º.
- 6 – No caso de agregação de sistemas, de titularidade estatal ou municipal, a respetiva entidade titular pode definir, com carácter excecional, a aplicação de um período para convergência

dos tarifários dos municípios associados, devendo definir os montantes e respetivas regras de recuperação de custos.

- 7 – As exceções aos números anteriores, desde que devidamente fundamentadas, devem ser objeto de autorização da entidade reguladora.

#### Artigo 33.º

##### Tarifários para famílias numerosas

- 1 – As entidades gestoras disponibilizam tarifários para famílias numerosas aplicáveis aos utilizadores finais domésticos cuja composição do agregado familiar ultrapasse quatro elementos.
- 2 – O tarifário para famílias numerosas consiste no alargamento dos escalões da tarifa variável em 2 metros cúbicos por cada membro do agregado familiar que ultrapasse os quatro elementos.
- 3 – Para efeitos do número anterior, consideram-se membros do agregado familiar todos os residentes com domicílio fiscal na habitação servida.

#### Artigo 34.º

##### Tarifas de serviços auxiliares

- 1 – São aplicadas tarifas específicas pela prestação dos seguintes serviços auxiliares do serviço de saneamento de águas residuais urbanas:
  - a) Análise de projetos de sistemas prediais e domiciliários de saneamento;
  - b) Análise dos projetos dos sistemas públicos de saneamento integrados em operações de loteamento;
  - c) Execução de ramais de ligação, nas situações previstas no Artigo 35.º;
  - d) Realização de vistorias ou ensaios de sistemas prediais e domiciliários de saneamento a pedido dos utilizadores;
  - e) Suspensão e reinício da ligação por incumprimento do utilizador, quando não seja possível a interrupção do serviço de abastecimento de água;
  - f) Desobstrução de sistemas prediais e domiciliários de saneamento;
  - g) Instalação de contadores para usos que não deem origem a águas residuais urbanas;
  - h) Instalação de medidor de caudal, quando haja lugar à mesma nos termos previstos no regulamento de relações comerciais, e sua substituição;

- i) Verificação extraordinária de medidor de caudal a pedido do utilizador, salvo quando se comprove a respetiva avaria por motivo não imputável ao utilizador;
- j) Leitura extraordinária de caudais rejeitados por solicitação do utilizador;
- k) Informação sobre o sistema público de saneamento em plantas de localização;
- l) Deslocação ao local de consumo por motivo imputável ao utilizador.

#### Artigo 35.º

##### Tarifa de serviços auxiliares pela execução de ramal de ligação

1 – A tarifa de ramal de ligação é aplicável no caso de:

- a) Construção de ramais de ligação com uma extensão superior a 20 metros, a pedido do utilizador e mediante a comprovação, pela entidade gestora, da viabilidade técnica e económica da sua execução;
- b) Alteração de ramais de ligação por alteração das condições de prestação do serviço de saneamento de águas residuais, por exigências do utilizador;
- c) Construção, para o mesmo prédio, de ramais adicionais aos definidos pela entidade gestora

2 – Na situação prevista na alínea a) do número anterior, a tarifa de ramal incide apenas sobre a extensão que exceda os 20 metros.

3 – A tarifa de ramal consiste numa tarifa por metro linear, podendo a mesma ser diferenciada em função da tipologia do terreno de instalação do ramal.

## Título IV

### MODELO DE DETERMINAÇÃO DE TARIFAS E DE RENDIMENTOS TARIFÁRIOS

#### Capítulo I

##### Disposições gerais

#### Artigo 36.º

##### Período regulatório

1 – O período regulatório dos sistemas de titularidade estatal tem a duração de 3 ou 5 anos civis, a definir pela entidade reguladora, consoante o estado de desenvolvimento dos sistemas.

- 2 – O período regulatório dos sistemas de titularidade municipal com serviços prestados em modelo de gestão direta tem a duração de um ano civil.

Artigo 37.º  
Modelo regulatório

- 1 – O modelo de regulação assenta na definição dos proveitos permitidos totais, das tarifas e dos rendimentos tarifários para cada um dos anos do período regulatório.
- 2 – A definição dos proveitos permitidos totais, das tarifas e dos rendimentos tarifários das atividades reguladas dos serviços de águas efetua-se nos termos definidos no presente Título e no Anexo I ao presente regulamento.

## Capítulo II

### Determinação dos proveitos permitidos totais

Artigo 38.º  
Proveitos permitidos totais

- 1 – Os proveitos permitidos totais englobam o custo de capital, os custos de exploração, as receitas adicionais, os benefícios das atividades complementares, bem como ajustamentos, incentivos, variação do desvio de recuperação de gastos, apoios financeiros externos e variação do saldo regulatório, quando necessário, de acordo com a seguinte expressão, cuja fórmula se encontra detalhada no Anexo I:

*Proveitos Permitidos Totais = Custo de Capital + Custo de Exploração – Receitas Adicionais – Benefícios de Atividades Complementares + Ajustamentos + Incentivos + Variação do Desvio de Recuperação de Gastos – Apoios financeiros externos + Variação do saldo regulatório*

- 2 – Os ajustamentos não são aplicáveis às entidades gestoras em modelo de gestão direta.
- 3 – A variação do desvio de recuperação de gastos apenas é aplicável às entidades gestoras concessionárias de sistemas multimunicipais.
- 4 – Os proveitos permitidos totais são definidos para cada entidade gestora, para cada serviço regulado e para cada ano do período regulatório.
- 5 – A definição dos proveitos permitidos totais tem em conta as contas previsionais aceites referentes ao ano anterior a esse período, as contas reais aceites disponíveis, os valores de custos de referência padronizados e os parâmetros estabelecidos para o setor e para cada entidade gestora, bem como as condições económicas e financeiras, existentes à data e previsíveis para o período regulatório.

- 6 – Para os sistemas de titularidade municipal sob gestão direta a entidade reguladora pode definir componentes dos proveitos permitidos totais de referência padronizados por *clusters* de entidades gestoras, considerando grupos de entidades homogéneas para efeitos de determinação de custos, e fixar limiares máximos e mínimos para os proveitos permitidos totais.
- 7 – Os *clusters* referidos no número anterior são estabelecidos em função de denominadores comuns às várias entidades gestoras neles incluídas e, sem prejuízo da sua publicitação no sítio da internet da entidade reguladora, são objeto de comunicação às entidades gestoras respetivas para efeito de exercício do direito de audiência prévia.
- 8 – A definição de clusters pode ser alterada pela entidade reguladora em função da evolução do setor e da informação disponível sobre os sistemas.
- 9 – Por iniciativa da entidade competente ou a pedido da entidade gestora, a definição dos proveitos permitidos totais pode ser objeto de revisão extraordinária, quando, por se verificarem alterações significativas face aos pressupostos subjacentes à definição destes proveitos, se considere que o mecanismo de ajustamento não é suficiente para garantir a estabilidade tarifária e/ou a sustentabilidade económica e financeira da entidade gestora.

#### Artigo 39.º

##### Custo de capital

O custo do capital é apurado com base na soma da remuneração da base de ativos regulados e das amortizações do exercício e do incentivo à manutenção de ativos em fim de vida útil, segundo a expressão geral:

*Custos de Capital = Base de Ativos Regulados × Taxa de Remuneração de Ativos + Amortizações do Exercício*

#### Artigo 40.º

##### Base dos ativos regulados

- 1 – Para cada ano do período regulatório são estabelecidas, pelas entidades competentes, bases de ativos regulados, abreviadamente designadas por BAR, que são constituídas pelos ativos afetos à exploração de cada um dos serviços, considerando as informações prestadas pelas entidades gestoras, nomeadamente as relativas às contas reguladas, previsionais e reais, e aos planos de investimento.
- 2 – Os ativos que compõem a BAR de partida, no início do primeiro período regulatório, devem ser verificados e validados pela entidade reguladora.

- 3 – Os ativos que constituem a BAR nos demais anos incluem os investimentos aprovados pelas entidades competentes e aceites para efeitos regulatórios, nos termos do Artigo 41.º.
- 4 – Os ativos que constituem a BAR são valorizados ao custo histórico aceite para efeitos regulatórios, líquido das correspondentes amortizações acumuladas, calculadas nos termos do Artigo 43.º, e dos subsídios ao investimento por reconhecer.
- 5 – Os ativos que decorram da realização de investimentos aprovados e cujo período de construção considerado seja superior a um ano integram a base de ativos regulados durante a respetiva fase de construção, pelo valor correspondente ao montante efetivamente executado em cada ano.
- 6 – O previsto no número anterior aplica-se a partir do início da fase de construção e até à data de entrada em funcionamento ou do fim do prazo inicialmente previsto para a sua realização se não tiver ocorrido antes a entrada em funcionamento.
- 7 – Para efeitos de inclusão na BAR, o valor dos ativos construídos após a entrada em vigor do presente regulamento não inclui o valor de gastos financeiros capitalizados.
- 8 – Os ativos totalmente amortizados nos termos do disposto no Artigo 43.º e que ainda se encontrem em funcionamento integram a BAR pelo valor equivalente a um ano de amortização, líquida do correspondente subsídio, quando se mostre adequada a extensão do seu período de utilização.
- 9 – O disposto no número anterior não é aplicável às entidades gestoras que seguem os normativos contabilísticos para acordos de concessão de serviços, no que respeita aos ativos previstos no contrato de concessão.
- 10 – Nos casos de ativos detidos em regime de partilha a sua inclusão na BAR é efetuada nos termos previstos nos números anteriores e em função da proporção detida pela entidade gestora.
- 11 – O valor da BAR a considerar para efeito de remuneração em cada ano do período regulatório corresponde à média dos valores previstos para início e fim do ano, calculada nos termos estabelecidos no Anexo I.

#### Artigo 41.º

##### Planos de investimentos

- 1 – Para efeitos de determinação dos proveitos permitidos totais, as entidades gestoras remetem para aprovação pela entidade competente e validação da entidade reguladora uma

proposta do plano de investimentos para cada período regulatório, contendo a respetiva execução física e financeira.

- 2 – O plano de investimentos deve assentar na ponderação, entre outros, dos seguintes fatores:
  - a) Projeto global constante do contrato, quando aplicável;
  - b) Orientações do plano estratégico para o setor;
  - c) Necessidade da realização e dimensionamento dos investimentos propostos;
  - d) Exigências decorrentes da qualidade e continuidade da prestação do serviço;
  - e) Cumprimento dos objetivos de serviço público definidos para cada entidade gestora;
  - f) Impacto incremental do investimento nas receitas, custos de exploração, receitas adicionais e benefícios de atividades complementares, consoante aplicável.
- 3 – As entidades gestoras integram os investimentos a executar nas contas previsionais, bem como a integração de infraestruturas, quando aplicável.
- 4 – A integração de infraestruturas, a que se refere o número anterior, deve ser devidamente acompanhada de um relatório de avaliação emitido por entidade independente e tecnicamente competente.
- 5 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, podem, quando justificado por razões ponderosas não imputáveis à entidade gestora, ser submetidos às entidades competentes e à entidade reguladora, no decurso do período regulatório, pedidos de alterações aos investimentos aceites, ou ao calendário previsto para a sua execução, devendo os mesmos ser acompanhados dos elementos definidos pela entidade reguladora em sede de contas reguladas.
- 6 – As entidades gestoras podem, sem prévia autorização da entidade competente e validação da entidade reguladora, efetuar investimentos não previstos no plano inicial desde que o seu valor não exceda o maior de entre 0,5% do valor da BAR do início do período regulatório ou 25.000€ por entidade gestora, ficando a sua inscrição definitiva na BAR sujeita a aprovação posterior da entidade competente e validação da entidade reguladora.
- 7 – As entidades gestoras podem, a título excecional e em sede de apuramento de ajustamentos, apresentar um pedido de aceitação de investimentos já realizados resultantes de necessidades imperativas imprevistas que será analisado e validado pela entidade competente.



## Artigo 42.º

### Taxa de remuneração de ativos

- 1 – A taxa de remuneração de ativos (TRA) é definida pela entidade reguladora para as entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal, para cada período regulatório, de forma a refletir tanto o risco da atividade, como o risco do contexto financeiro e macroeconómico vigente.
- 2 – A taxa de remuneração resulta da combinação dos custos de financiamento e estrutura de capital considerados adequados para o setor.
- 3 – A entidade reguladora pode, em casos excecionais devidamente justificados, ajustar a taxa de remuneração de ativos em função do perfil específico da entidade gestora.

## Artigo 43.º

### Amortizações do exercício

- 1 – As amortizações do exercício incidem sobre os ativos que integram a BAR e são calculadas pelo método de quotas constantes, nos termos definidos em documento complementar a elaborar pela entidade reguladora.
- 2 – Para as entidades gestoras que seguem os normativos contabilísticos para acordos de concessão de serviços, as amortizações do exercício dos investimentos previstos nos respetivos contratos de concessão são calculadas pelo período da concessão.
- 3 – As entidades gestoras abrangidas pelo disposto no número anterior devem amortizar os investimentos não previstos no contrato de concessão de acordo com as taxas definidas no n.º 1.
- 4 – Para efeitos de incorporação no cálculo dos proveitos permitidos totais, as amortizações do exercício são deduzidas do correspondente montante de subsídios a reconhecer no exercício.
- 5 – Nos casos de ativos detidos em regime de partilha a afetação da respetiva amortização e eventual subsídio é efetuada em função da proporção em que os ativos são detidos pela entidade gestora, e em que foram incluídos na BAR, conforme o disposto no n.º 10 – do Artigo 40.º
- 6 – Para efeitos meramente informativos, e em sede de apresentação das contas reguladas previsionais, as entidades gestoras submetem à entidade reguladora para validação, uma proposta de afetação das amortizações dos ativos associados a atividades complementares, que no caso das infraestruturas partilhadas serão líquidas de subsídios, podendo essa

informação ser facultada às entidades competentes pelo controlo do exercício dessas atividades.

Artigo 44.º  
Custos de exploração

- 1 – Os custos de exploração para efeitos regulatórios incorporam os custos de exploração diretamente associados às operações de gestão dos serviços de águas, incorridos e aceites pela entidade competente, bem como os custos de exploração associados à estrutura da entidade gestora.
- 2 – Sempre que uma entidade gestora preste mais do que um serviço, deve imputar os custos de exploração associados à estrutura a cada um dos serviços regulados, através de um critério de repartição fixado para o período regulatório, devidamente fundamentado, nos termos apresentados no Documento Complementar relativo às contas reguladas.
- 3 – Os custos de exploração diretamente associados às operações de gestão de águas do primeiro ano de cada período regulatório são definidos pela entidade competente considerando os custos unitários constantes das informações prestadas pelas entidades gestoras, nomeadamente as relativas às contas reguladas, previsionais e reais, custos de referência e/ou custos padronizados disponíveis, bem como os volumes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, previstos fornecer e recolher, respetivamente.
- 4 – Os custos de exploração, referidos no número anterior, de cada um dos anos subsequentes ao primeiro ano do período regulatório e para cada serviço são estimados com base nos custos unitários definidos para o ano anterior do mesmo período regulatório e nos volumes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, previstos fornecer e recolher, respetivamente, para os anos em causa, apurando-se aqueles de acordo com a seguinte expressão genérica:

*Custos exploração unitários associados ao serviço = Custos de exploração unitários associados ao serviço para o ano anterior do período  $\times (1 + \Delta I\text{HPC} - X)$*

- 5 – O fator de eficiência X referido no número anterior corresponde à meta definida pela entidade reguladora para cada entidade gestora, por serviço, no início de cada período regulatório em sede de definição dos proveitos permitidos totais, para cada um dos anos, relativamente à eficiência para os custos de exploração associados às operações e estrutura, tendo nomeadamente por base os ganhos de eficiência futuros previstos para o setor e para a entidade gestora.

- 6 – Em cada ano acrescem ainda aos custos apurados nos termos dos números anteriores os custos de exploração aceites, positivos ou negativos, decorrentes da entrada em funcionamento de novos investimentos devidamente autorizados pela entidade competente, não refletidos nos custos históricos da entidade gestora, bem como outros decorrentes de situações excecionais com reflexo na eficiência produtiva, devidamente justificados.
- 7 – Os custos de exploração nas situações de partilha de infraestruturas são imputados a cada entidade gestora na proporção que tiver sido acordada pelas partes no contrato de partilha de infraestruturas, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 8.º.

Artigo 45.º  
Receitas adicionais

Para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos totais, são receitas adicionais as que, embora relativas à atividade principal da entidade gestora, não resultam diretamente das tarifas ou dos rendimentos tarifários dos serviços de águas.

Artigo 46.º  
Benefícios de atividades complementares

- 1 – Os resultados de exploração positivos imputados às atividades complementares são repartidos entre os utilizadores e a entidade gestora mediante a aplicação de um coeficiente a definir pela entidade reguladora, sendo a parte que reverte em benefício do utilizador considerada no apuramento dos proveitos permitidos totais, como benefício da atividade complementar.
- 2 – O coeficiente a que obedece a repartição referida no número anterior é definido para cada atividade realizada e por entidade gestora tendo em conta a sua natureza e à luz dos instrumentos estratégicos do setor.

Artigo 47.º  
Ajustamentos

- 1 – Os ajustamentos são calculados para cada ano tendo por base as alterações verificadas entre os proveitos permitidos totais definidos nos termos do Artigo 38.º e as contas reais aceites para efeitos regulatórios, nas seguintes componentes:
- a) Volume de abastecimento de água fornecido e volume de saneamento de águas residuais recolhido;
  - b) BAR e respetivas amortizações e subsídios;

- c) Custos de exploração diretamente associados às alterações verificados na alínea a), através da aplicação de indutores de custos nos termos do Artigo 48.º.
- 2 – No caso de se verificarem, no âmbito das contas reais, alterações relativas à execução do plano de investimentos ou de projetos previstos, com impacto em qualquer dos componentes a que se refere o número anterior ou ainda nos custos de exploração associados à estrutura, são igualmente realizados ajustamentos a esses componentes, na medida desse impacto e com as necessárias adaptações, atendendo à responsabilidade da entidade gestora por tais alterações, assim como aos consequentes prejuízos ou benefícios para os utilizadores.
- 3 – O valor dos ajustamentos referidos nos números anteriores incorpora a capitalização financeira decorrente do desvio temporal ocorrido desde o ano a que se refere o seu cálculo até à sua integração nos proveitos permitidos totais do período regulatório seguinte, determinado com base na taxa de juro definida pela entidade reguladora.
- 4 – Sem prejuízo de serem apurados anualmente pela entidade reguladora e comunicados às entidades gestoras, os ajustamentos são acumulados ao longo do período a que se referem e integrados, proporcionalmente, nos proveitos permitidos totais do período regulatório seguinte, aquando da sua definição.

Artigo 48.º  
Indutores de custos

- 1 – Os indutores de custos refletem as variações dos custos de exploração diretamente associados às operações de cada serviço, resultantes de alterações dos volumes de água fornecidos e dos volumes de águas residuais urbanas recolhidos.
- 2 – Para efeitos de proveitos permitidos totais, os custos de exploração referidos no n.º 1 são ajustados sempre que se registre variação dos volumes de água fornecidos e/ou dos volumes de águas residuais urbanas recolhidos, por aplicação dos respetivos indutores.
- 3 – Os indutores são fixados pela entidade reguladora, em sede de definição ou validação de proveitos permitidos totais para cada entidade gestora, por serviço e para cada ano do período regulatório, tendo em consideração os custos reais reportados e aceites, bem como outra informação disponível.
- 4 – Em casos excecionais, devidamente justificados, decorrentes de alterações imprevisíveis aos pressupostos subjacentes ao cálculo dos indutores, como casos fortuitos, ou de força maior,

ou alterações significativas da estratégia nacional, a entidade reguladora pode alterar os valores correspondentes aos indutores no decurso do período regulatório.

#### Artigo 49.º

##### Incentivos

- 1 – No sentido de induzir desempenhos eficientes e ambientalmente sustentáveis na prossecução das atividades reguladas são definidos pela entidade reguladora, através de documento complementar e em consonância com as metas constantes da legislação em vigor materializadas nos planos estratégicos do setor, mecanismos de incentivo para cada entidade gestora e para cada ano, designadamente com vista à superação de objetivos previamente fixados.
- 2 – Os incentivos são apurados anualmente pela entidade reguladora e comunicados às entidades gestoras.
- 3 – Os valores apurados, nos termos do número anterior, são acumulados ao longo do período a que se referem e integrados, proporcionalmente, nos proveitos permitidos totais do período regulatório seguinte, aquando da sua definição.
- 4 – Os incentivos referidos no número anterior incorporam a capitalização financeira decorrente do desvio temporal ocorrido desde o ano a que se refere o seu cálculo até à sua integração nos proveitos permitidos totais do período regulatório seguinte, determinada com base na taxa de juro definida pela entidade reguladora.
- 5 – O disposto no presente artigo aplica-se a partir do segundo período regulatório.

#### Artigo 50.º

##### Desvios de recuperação de gastos

- 1 – Nos termos do presente Regulamento, os desvios de recuperação de gastos (DRG) apenas são aplicáveis às entidades gestoras concessionárias de sistemas multimunicipais.
- 2 – Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária.
- 3 – Com a entrada em vigor do presente Regulamento, os desvios de recuperação de gastos gerados definidos nos termos da legislação atual passam a ser registados em saldo regulatório, consoante assumam natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no Artigo 52.º.
- 4 – Os desvios de recuperação de gastos acumulados até à entrada em vigor do presente Regulamento, registados nas contas das entidades gestoras referidas no n.º 1 devem ser

recuperados ou refletidos, consoante o caso, nos proveitos permitidos totais de cada ano, no prazo previsto nos diplomas de criação dos respetivos sistemas.

5 – Os valores a recuperar ou a refletir nos proveitos permitidos totais de cada ano são definidos pela entidade reguladora, consoante a estabilidade tarifária que se pretenda assegurar.

#### Artigo 51.º

##### Apoios financeiros externos nos sistemas de titularidade estatal

- 1 – Os proveitos permitidos totais nos sistemas de titularidade estatal podem incorporar apoios financeiros, para além dos subsídios ao investimento, diretamente provenientes do Estado ou de outras entidades gestoras, nos termos definidos na legislação atual.
- 2 – Os apoios financeiros externos a que se refere o número anterior podem ser provenientes:
  - a) Do Fundo Ambiental;
  - b) De rendimentos decorrentes da Componente Tarifária Acrescida (CTA).
- 3 – Os rendimentos decorrentes da CTA, a que se refere a alínea b) do número anterior visam contribuir para a sustentabilidade dos sistemas de titularidade estatal agregados que dela beneficiarem, nos termos da legislação aplicável.

#### Artigo 52.º

##### Saldo regulatório

- 1 – Nos termos do presente Regulamento, o Saldo Regulatório (SR) é apenas aplicável às entidades gestoras concessionárias de sistemas multimunicipais.
- 2 – O saldo regulatório corresponde ao valor da diferença acumulada, de um ou vários anos, entre os proveitos permitidos totais definidos para cada ano e os que a entidade competente autoriza a repercutir nas tarifas desse mesmo ano, visando a estabilidade das trajetórias tarifárias e tendo em conta a liquidez e estabilidade financeira das entidades gestoras.
- 3 – A entidade reguladora pode determinar a variação, negativa ou positiva, do saldo regulatório, em sede de definição dos proveitos permitidos totais no início de cada período regulatório e para cada um dos anos do período.
- 4 – A entidade competente deve manter o saldo regulatório num nível tendencialmente nulo.
- 5 – O saldo regulatório é capitalizado, anualmente, à taxa de juro definida pela entidade reguladora, em função da natureza positiva ou negativa do mesmo.

## Capítulo III

### Determinação das tarifas e dos rendimentos tarifários

#### Secção I

##### Serviço de abastecimento público de água

##### Artigo 53.º

##### Disposições gerais sobre determinação de tarifas

- 1 – Pela prestação do serviço de abastecimento público de água são aplicáveis tarifas que permitam gerar os proveitos permitidos totais fixados, líquidos dos subsídios definidos e suportados pela entidade titular, nos termos do Artigo 55.º, em função do número de utilizadores ou do volume de água estimado fornecer, consoante o tipo de tarifa.
- 2 – Para efeitos de determinação das tarifas são tidos em conta os dados de contas reguladas e da qualidade do serviço para estimar o número de utilizadores ou o volume de água a fornecer.
- 3 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a subsidiação por parte da entidade titular deve assegurar, tendencialmente, que os proveitos tarifários resultantes das tarifas se contenham dentro dos limiares mínimo e máximo dos proveitos permitidos totais, tal como estimados pela entidade reguladora.
- 4 – Qualquer forma de subsidiação deve ser levada ao conhecimento do utilizador através da fatura.
- 5 – As tarifas previstas no Artigo 18.º são submetidas pelas entidades gestoras à aprovação da entidade competente e devem corresponder ao custo do respetivo serviço.
- 6 – Os tarifários aplicáveis aos utilizadores finais domésticos devem conter-se no limiar da acessibilidade económica, nos termos definidos pela entidade reguladora no sistema de avaliação da qualidade do serviço, devendo, quando necessário, recorrer-se à subsidiação, determinada e suportada pela entidade titular, para assegurar o referido limiar.
- 7 – Para efeitos do número anterior, a entidade reguladora fixa, anualmente, o limiar de acessibilidade económica que constitui, para os utilizadores finais domésticos, um limite máximo à determinação da subsidiação da tarifa por parte da entidade titular.

#### Artigo 54.º

##### Tarifas dos serviços prestados em alta

- 1 – A tarifa variável única aplicável a entidades gestoras é definida em função do volume total estimado de água fornecido, nos termos previstos no presente regulamento, sendo definida:
  - a) Pela entidade reguladora nos sistemas de titularidade estatal;
  - b) Pela entidade titular nos restantes sistemas.
- 2 – À tarifa a aplicar em alta, calculada nos termos do presente Regulamento, pode ainda acrescer uma componente tarifária, designada por CTA, calculada nos termos de legislação específica aplicável às entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal.

#### Artigo 55.º

##### Tarifas dos serviços prestados em baixa

- 1 – As tarifas de disponibilidade e variáveis aplicáveis aos serviços de abastecimento público de água prestados a utilizadores finais são definidas pela entidade competente.
- 2 – Os proveitos tarifários, que correspondem aos proveitos permitidos totais referentes a cada entidade gestora, líquidos dos subsídios definidos pela entidade competente, são gerados através da cobrança de tarifas a definir do seguinte modo:
  - a) Repartição dos proveitos tarifários a gerar através da aplicação das tarifas de disponibilidade e das tarifas variáveis, decorrente do coeficiente  $\varphi$  definido pela entidade competente;
  - b) Para cada um dos proveitos tarifários parciais, resultantes da divisão estabelecida na alínea anterior, é definida uma afetação entre proveitos tarifários de utilizadores finais domésticos e de não domésticos, determinada pela aplicação dos coeficientes  $\omega$  para tarifa de disponibilidade e  $\tau$  para tarifas variáveis, a definir pela entidade competente;
  - c) As tarifas de disponibilidade e variáveis aplicáveis a utilizadores finais, domésticos e não domésticos, resultam da divisão dos proveitos tarifários parciais resultantes da alínea anterior pelo número estimado de utilizadores finais ou pelos volumes estimados de água a fornecer, respetivamente;
  - d) A tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos deve ser definida de forma a facilitar o acesso ao serviço no 1.º escalão e assegurar, no mínimo, o custo médio com o serviço no 2.º escalão e induzir comportamentos ambientalmente adequados nos demais escalões.



- 3 – A entidade titular deve garantir que as tarifas devidas pelos utilizadores finais domésticos não ultrapassam o limiar de acessibilidade económica, nos termos do Artigo 53.º.
- 4 – A tarifa variável do serviço de abastecimento público de água aplicável a utilizadores não-domésticos tem um valor único e não deve ser inferior à tarifa do 2.º escalão doméstico.
- 5 – Os coeficientes referidos no número anterior,  $\varphi$ ,  $\omega$ , e  $\tau$  são definidos pelas entidades competentes para cada período regulatório, tendo por base as orientações da entidade reguladora.
- 6 – Nos casos abrangidos em que são aplicáveis os *clusters* referidos no n.º 6 – do Artigo 38.º, a entidade competente define as tarifas de modo a que os correspondentes proveitos tarifários se contenham no intervalo conferido pelos limiares, mínimo e máximo, dos proveitos permitidos totais, salvo nos casos a que se refere o n.º 3 do Artigo 53.º.

## Secção II

### Serviço de saneamento de águas residuais urbanas

#### Artigo 56.º

##### Disposições gerais sobre determinação de tarifas e rendimentos tarifários

- 1 – Pela prestação do serviço de saneamento de águas residuais urbanas são aplicáveis tarifas e rendimentos tarifários, consoante se trate de serviços prestados em baixa ou em alta, respetivamente, que visam recuperar os proveitos permitidos totais fixados, líquidos dos subsídios definidos e suportados pela entidade titular.
- 2 – Os rendimentos tarifários aplicados em alta são definidos para cada utilizador em função dos respetivos volumes de água residual recolhidos, considerando a metodologia dos caudais desfasados descrita em documento complementar.
- 3 – As tarifas aplicadas em baixa são definidas em função do número de utilizadores ou do volume de água residual estimado recolher, consoante o tipo de tarifa.
- 4 – Para efeitos de determinação das tarifas são tidos em conta os dados de contas reguladas e da qualidade do serviço para estimar o número de utilizadores ou o volume de água residual a recolher.
- 5 – Para efeitos do número anterior, o volume de água residual a considerar na determinação das tarifas corresponde a 90% do volume total de abastecimento de água estimado fornecer

para os utilizadores finais com serviço de abastecimento, acrescido da estimativa do volume de água residual sujeito a medição na área de intervenção da entidade gestora.

- 6 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a subsidiação por parte da entidade titular deve assegurar, tendencialmente, que os proveitos tarifários resultantes das tarifas se contenham dentro dos limiares mínimo e máximo dos proveitos permitidos totais, tal como estimados pela entidade reguladora.
- 7 – Qualquer forma de subsidiação deve ser levada ao conhecimento do utilizador através da fatura.
- 8 – As tarifas previstas no Artigo 34.º são submetidas pelas entidades gestoras à aprovação da entidade competente e devem corresponder ao custo do respetivo serviço.
- 9 – Os tarifários aplicáveis aos utilizadores finais domésticos devem conter-se no limiar da acessibilidade económica, nos termos definidos pela entidade reguladora no sistema de avaliação da qualidade do serviço, devendo, quando necessário, recorrer-se à subsidiação, determinada e suportada pela entidade titular, para assegurar o referido limiar.
- 10 – Para efeitos do número anterior, a entidade reguladora fixa, anualmente, uma percentagem do limiar de acessibilidade económica que constitui, para os utilizadores finais domésticos, um limite máximo à determinação da subsidiação da tarifa por parte da entidade titular.

#### Artigo 57.º

##### Rendimentos tarifários dos serviços prestados em alta

- 1 – Os rendimentos tarifários aplicados em alta são definidos para cada utilizador em função dos respetivos volumes de água residual recolhidos, considerando a metodologia referida no n.º 2 – do Artigo 56.º e são determinados:
  - c) Pela entidade reguladora nos sistemas de titularidade estatal;
  - d) Pela entidade titular nos restantes sistemas.
- 2 – Os rendimentos tarifários definidos anualmente para cada utilizador são faturados de forma linear pelo número de meses de atividade em cada ano.
- 3 – Aos rendimentos tarifários a faturar em alta pode ainda acrescer uma componente tarifária, designada por CTA, calculada nos termos de legislação específica aplicável às entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal.

## Artigo 58.º

### Tarifas dos serviços prestados a utilizadores finais

- 1 – As tarifas de disponibilidade e variáveis aplicáveis aos serviços de saneamento de águas residuais urbanas prestados a utilizadores finais são definidas pela entidade titular.
- 2 – Os proveitos tarifários, que correspondem aos proveitos permitidos totais referentes a cada entidade gestora, líquidos dos subsídios definidos pela entidade competente, são gerados através da cobrança de tarifas a definir do seguinte modo:
  - a) Repartição dos proveitos tarifários a gerar através da aplicação das tarifas de disponibilidade e das tarifas variáveis, decorrente do coeficiente  $\varphi$  definido pela entidade competente;
  - b) Para cada um dos proveitos tarifários parciais, resultantes da divisão estabelecida na alínea anterior, é definida uma afetação entre proveitos tarifários de utilizadores finais domésticos e de não domésticos, determinada pela aplicação dos coeficientes  $\omega$  para tarifa de disponibilidade e  $\tau$  para tarifas variáveis, a definir pela entidade competente;
  - c) As tarifas de disponibilidade e variáveis aplicáveis a utilizadores finais, domésticos e não domésticos, resultam da divisão dos proveitos tarifários parciais resultantes da alínea anterior pelo número estimado de utilizadores finais ou pelos volumes estimados de águas residuais urbanas recolhidos, respetivamente;
  - d) A tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos deve ser definida de forma a facilitar o acesso ao serviço no 1.º escalão e assegurar, no mínimo, o custo médio com o serviço no 2.º escalão.
- 3 – Os coeficientes referidos no número anterior,  $\varphi$ ,  $\omega$ , e  $\tau$  são definidos para cada período regulatório, tendo por base as orientações da entidade reguladora.
- 4 – A tarifa variável do serviço de saneamento de águas residuais urbanas aplicável a utilizadores não-domésticos tem um valor único e não deve ser inferior à tarifa do 2.º escalão doméstico.
- 5 – Nos casos abrangidos em que são aplicáveis os clusters referidos no n.º 6 – do Artigo 38.º, a entidade competente define as tarifas de modo a que os correspondentes proveitos tarifários se contenham no intervalo conferido pelos limiares, mínimo e máximo, dos proveitos permitidos totais, salvo nos casos a que se refere o n.º 6 do Artigo 56.º.

## Título V

### PROCEDIMENTOS PARA A DEFINIÇÃO DOS PROVEITOS PERMITIDOS TOTAIS, TARIFAS E RENDIMENTOS TARIFÁRIOS

#### Artigo 59.º

##### Procedimentos comuns a todas as entidades gestoras

- 1 – Até 31 de janeiro de cada ano a entidade reguladora fornece o modelo em suporte informático para a prestação de contas reais, relativas ao ano anterior, pelas entidades gestoras.
- 2 – Até 31 de março do ano anterior ao início de cada período regulatório a entidade reguladora comunica, para efeitos de orçamentação e com natureza indicativa, uma proposta de parâmetros genéricos relativos ao setor, nomeadamente, a taxa de remuneração de ativos e as taxas de variação do IHPC.
- 3 – Os tarifários e rendimentos tarifários produzem efeitos a partir de 1 de janeiro de cada ano civil.
- 4 – A informação sobre a alteração dos tarifários e rendimentos tarifários acompanha a primeira fatura subsequente à sua aprovação e é publicitada no sítio da *internet* da entidade gestora antes da respetiva entrada em vigor.

#### Artigo 60.º

##### Entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal

- 1 – As entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal, para cada período regulatório, seguem os seguintes procedimentos:
  - a) Envia à entidade reguladora, até 30 de abril do ano anterior ao início do período, as contas previsionais para cada um dos anos do período, bem como as contas reais relativas ao ano anterior, nos termos do modelo previsto em Documento Complementar;
  - b) A entidade reguladora comunica às entidades gestoras, até 31 de julho, o projeto de definição dos proveitos permitidos totais, sem prejuízo da atualização, à data da fixação definitiva dos proveitos permitidos totais, dos parâmetros referentes à taxa de remuneração de ativos e às taxas de variação do IHPC, bem como da incorporação de modificações decorrentes de alterações legislativas ou regulamentares;
  - c) As entidades gestoras pronunciam-se, até 20 de setembro, em sede de audiência prévia sobre o projeto de decisão a que se refere a alínea anterior;

- d) Ponderados os comentários que sejam apresentados, a entidade reguladora define e comunica às entidades gestoras, até 31 de outubro, os proveitos permitidos totais, as tarifas e os rendimentos tarifários esperados para o período regulatório seguinte, procedendo à sua publicação no respetivo sítio da *internet*.
- 2 – O projeto de decisão e a decisão a que se referem as alíneas b) e d) do número anterior incluem as componentes dos ajustamentos e dos incentivos acumuladas até ao penúltimo ano de cada período regulatório e a eventual alteração da variação do saldo regulatório, nos termos do Artigo 47.º, do Artigo 49.º, e do Artigo 52.º, respetivamente.
- 3 – Para efeitos de apuramento anual, pela entidade reguladora, dos ajustamentos e dos incentivos, as entidades gestoras remetem à entidade reguladora, anualmente até 30 de abril, as contas reais relativas ao ano anterior.

#### Artigo 61.º

Entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão direta

- 1 – As entidades gestoras de titularidade municipal em modelo de gestão direta enviam à entidade reguladora, até 15 de maio de cada ano, as contas reais relativas ao ano anterior.
- 2 – No caso das entidades gestoras que prestam serviços em alta, aplica-se o seguinte procedimento:
- a) As entidades gestoras enviam à entidade reguladora, até 15 de maio, a proposta de definição dos proveitos permitidos totais estimados, das tarifas, dos rendimentos tarifários e dos subsídios, quando aplicável, para o ano seguinte, através do modelo de contas reguladas aprovado em Documento Complementar;
  - b) A entidade reguladora emite parecer sobre a proposta a que se refere a alínea anterior, até 31 de julho;
  - c) Até 15 de setembro as entidades titulares aprovam as tarifas, que comunicam à entidade reguladora até 30 de setembro.
- 3 – No caso das entidades gestoras que prestam serviços em baixa, aplica-se o seguinte procedimento:
- a) A entidade reguladora define as componentes dos proveitos permitidos totais de referência padronizados por *clusters*, a que se refere o n.º 6 – do artigo 39.º, e comunica até 31 de julho às entidades gestoras que prestam serviço em baixa:

- i. Uma proposta de definição dos *clusters*, identificando o *cluster* em que se integram, bem como os limiares dos proveitos permitidos totais e das bandas tarifárias resultantes;
  - ii. Uma recomendação sobre os intervalos de variação para os parâmetros  $\varphi$ ,  $\omega$  e  $\tau$  a definir;
  - iii. Uma percentagem do limiar da acessibilidade económica que constitui, para os utilizadores finais domésticos, um limite máximo à determinação da subsídio da tarifa por parte da entidade titular.
- b) As entidades gestoras pronunciam-se, até 15 de setembro, sobre a proposta apresentada pela entidade reguladora.
- c) Ponderando os comentários que tenham sido apresentados, a entidade reguladora comunica às entidades gestoras, até 15 de outubro, os clusters aplicáveis, os limiares dos proveitos permitidos totais e as bandas tarifárias resultantes, bem como a percentagem do limiar da acessibilidade económica.
- d) Caso não aceitem os clusters, as entidades gestoras comunicam à entidade reguladora, até 31 de outubro, o seu projeto de decisão sobre os proveitos permitidos totais estimados, os parâmetros  $\varphi$ ,  $\omega$  e  $\tau$  utilizados, as tarifas e os subsídios, devendo utilizar o modelo de contas reguladas aprovado em Documento Complementar.
- e) Ponderando os elementos a que se refere a alínea anterior, a entidade reguladora emite, até 30 de novembro, o parecer devido sobre os proveitos permitidos totais e correspondentes tarifas nos termos da lei.
- 4 – Até 15 de dezembro as entidades titulares aprovam as tarifas, que comunicam à entidade reguladora até 31 de dezembro.

## Título I

# REPORTE DE INFORMAÇÃO PERIÓDICA À ENTIDADE REGULADORA

### Artigo 62.º

#### Reporte anual de contas reais

- 1 – O reporte anual das contas reais das atividades reguladas, para os efeitos previstos no presente regulamento, inclui informação relativa aos seguintes elementos, segregada por serviço:
  - d) Base de ativos regulados, amortizações e subsídios;
  - e) Plano de investimentos atualizado;
  - f) Receitas adicionais;
  - g) Custos de exploração;
  - h) Atividades complementares;
  - i) Dados operacionais referentes a volumes de atividade e, quando aplicável, a quantidades dos indutores de custos;
  - j) Outra informação relevante.
- 2 – A entidade reguladora pode definir em documento complementar os requisitos mínimos da informação a prestar nos termos do número anterior.
- 3 – A entidade reguladora, diretamente ou através de entidades credenciadas, realiza auditorias às contas reguladas, sendo os correspondentes custos suportados pelas empresas auditadas e incorporados no âmbito dos ajustamentos aos proveitos permitidos totais como custos aceites.
- 4 – Quando em resultado da realização de auditorias sejam verificados valores não fundamentados nas receitas, nos custos ou nos investimentos, a entidade reguladora pode determinar a correção retroativa dos proveitos permitidos totais definidos, sendo os valores a corrigir incorporados nos proveitos permitidos totais do período regulatório seguinte, conforme disposto no n.º 4 do Artigo 47.º.

#### Artigo 63.º

##### Reporte de contas previsionais

- 1 – O reporte de contas previsionais para o período regulatório destina-se à obtenção de informação, designadamente para definição dos parâmetros do período regulatório e para definição dos proveitos permitidos totais do 1.º ano e estimativa do montante dos proveitos permitidos totais dos anos seguintes.
- 2 – O conteúdo da informação a reportar obedece ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo anterior.
- 3 – As entidades titulares de sistemas municipais em modelo de gestão direta estão dispensadas de enviar à entidade reguladora as contas previsionais para cada período regulatório, sempre que aceitem o enquadramento nos clusters definido por esta entidade.

#### Artigo 64.º

##### Solicitação e envio de outra informação económico-financeira

Sempre que considere necessário, a entidade reguladora pode solicitar informação adicional ou complementar, fixando um prazo para a sua prestação que não pode ser inferior a 10 dias úteis.

## Título II

### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

#### Artigo 65.º

##### Regime transitório de aprovação de tarifas nos sistemas de titularidade municipal, em modelo de gestão direta

- 1 – As entidades gestoras de sistemas municipais em modelo de gestão direta devem adequar os seus tarifários às regras de incidência e estrutura tarifária constantes do Título III do presente regulamento no dia 1 de janeiro do segundo ano civil subsequente à sua publicação em Diário da República.
- 2 – As entidades gestoras de sistemas municipais em regime de gestão direta, que prestem serviços em baixa, dispõem do prazo de 2 anos, contados a partir da comunicação por parte da entidade reguladora dos *clusters* mencionados no Artigo 38.º do presente regulamento, para assegurar a definição dos proveitos permitidos e as tarifas nos termos previstos no Título IV.
- 3 – Enquanto não forem definidos e comunicados pela entidade reguladora os *clusters* referidos no número anterior, vigora o regime atual de determinação de tarifas.



Artigo 66.º  
Sistemas de titularidade estatal

O primeiro período regulatório tem início no dia 1 de janeiro do segundo ano civil subsequente à publicação do presente regulamento em Diário da República.

Artigo 67.º  
Documentos complementares

- 1 – A emissão de documentos complementares previstos no presente regulamento e outros que a entidade reguladora entenda necessários para explicitar regras ou metodologias necessárias para satisfação do determinado no presente Regulamento é precedida de audição do Conselho Tarifário sempre que esteja em causa a definição de aspetos relevantes em matéria tarifária.
- 2 – As entidades abrangidas têm direito de audição sobre os documentos referidos no número anterior.
- 3 – Os documentos referidos no número anterior são tornados públicos, nomeadamente através da página da entidade reguladora na *Internet*.

Artigo 68.º  
Fiscalização e aplicação do Regulamento Tarifário

- 1 – A fiscalização do cumprimento do disposto no presente regulamento é da competência da entidade reguladora.
- 2 – No âmbito da fiscalização deste regulamento, a entidade reguladora goza das prerrogativas que lhe são conferidas pelos respetivos estatutos.
- 3 – A entidade reguladora, sempre que considere necessário, pode realizar ou determinar a realização de auditorias às entidades gestoras e titulares, para efeitos de verificação do cumprimento do presente regulamento.
- 4 – O âmbito das referidas auditorias e as datas da sua realização são definidas ou aprovadas pela entidade reguladora e comunicadas às respetivas entidades gestoras e entidades titulares ou concedente, com uma antecedência mínima de 3 dias úteis.
- 5 – Os relatórios de auditoria são sujeitos a um período de contraditório junto das entidades gestoras e das entidades titulares, sendo a versão final remetida a ambos e publicada no sítio da entidade reguladora na *Internet*.
- 6 – As ações de auditorias de verificação do cumprimento do presente regulamento podem ser realizadas por pessoas ou entidades credenciadas pela entidade reguladora especialmente qualificadas e habilitadas.

Artigo 69.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no prazo de 30 dias a contar da sua publicação.

## ANEXO I

a que se refere o n.º 3 do artigo 38.º, n.º 1 do artigo 39.º e n.º 9 do artigo 41.º do RTA

Apuramento dos proveitos permitidos totais dos serviços regulados de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas

### A)

#### Determinação dos proveitos permitidos totais por serviço

Os proveitos permitidos totais de cada um dos serviços regulados prestados pelas entidades gestoras são determinados pela expressão:

$$PPT_{SA,t} = PP_{SA,t} + Aj_{SA,t} + I_{SA,t} + DRG_{SA,t} - AFE_{SA,t} + \Delta SR_{SA,t} \quad (1)$$

Em que:

$PPT_{SA,t}$  Proveitos permitidos totais de cada um dos serviços de águas, por entidade gestora, no ano  $t$ , em euros

$PP_{SA,t}$  Proveitos permitidos de cada um dos serviços de águas, por entidade gestora, no ano  $t$ , em euros

$Aj_{SA,t}$  Ajustamento acumulado aos proveitos permitidos totais de cada um dos serviços, por entidade, no ano  $t$ , em euros, se aplicável

$I_{SA,t}$  Incentivos acumulados aos proveitos permitidos totais de cada um dos serviços, tal como definidos pela entidade reguladora para cada entidade gestora, no ano  $t$ , em euros

$DRG_{SA,t}$	<i>Valor do desvio de recuperação de gastos da entidade gestora, definido ou validado pela entidade reguladora, a recuperar ou refletir nos proveitos permitidos totais da entidade, no ano t, em euros</i>
$AFE_{SA,t}$	<i>Valor dos apoios financeiros externos atribuídos à entidade gestora e imputados a cada serviço a subtrair aos proveitos permitidos totais, no ano t, em euros, se aplicável</i>
$\Delta SR_{SA,t}$	<i>Variação positiva ou negativa do saldo regulatório respeitante ao diferimento ou antecipação de receitas tarifárias, por entidade, no ano t, em euros</i>

## B)

### Determinação dos proveitos permitidos por serviço

- 1 – Os proveitos permitidos, de cada serviço e entidade gestora, são apurados de acordo com a seguinte expressão:

$$PP_{SA,t} = CC_{SA,t} + CE_{SA,t} - RAd_{SA,t} - AC_{SA,t} \quad (2)$$

em que:

$PP_{SA,t}$	<i>Proveitos permitidos de cada serviço, no ano t, em euros</i>
$CC_{SA,t}$	<i>Custo de capital, dado pela remuneração e amortização do investimento em ativos associados a cada serviço, no ano t, em euros</i>
$CE_{SA,t}$	<i>Custos de exploração associados a cada serviço, aceites para efeitos regulatórios, no ano t, em euros</i>
$RAd_{SA,t}$	<i>Receitas adicionais afetas a cada serviço, no ano t, em euros</i>
$AC_{SA,t}$	<i>Benefícios das atividades complementares a cada serviço, no ano t, em euros</i>

- 2 – Os custos de capital associados a cada serviço são apurados de acordo com a seguinte expressão:

$$CC_{SA,t} = BAR_{SA,t} \times r_{e,p} + \sum_{i=1}^n Am_{i,SA,t} \quad (2.1)$$

em que:

$CC_{SA,t}$  Custo de capital, dado pela remuneração e amortização do investimento em ativos associados a cada serviço, no ano  $t$ , em euros

$BAR_{SA,t}$  Base de ativos regulados de cada serviço, no ano  $t$ , em euros

$r_{e,p}$  Taxa de remuneração anual de ativos regulados fixada para cada entidade gestora, para o período  $p$ , em percentagem

$Am_{i,SA,t}$  Valor da amortização do ativo regulado de índice  $i$  afeto a cada serviço, calculado nos termos do artigo 44.º, estimado para o ano  $t$ , em euros

com:

$$BAR_{SA,t} = \sum_{i=1}^n (AR_{i,SA,t}) + \sum_{i=1}^n \left( \frac{AR_{i,SA,t}^{FV}}{V_i} \right) \quad (2.1.1)$$

em que:

$BAR_{SA,t}$  Base de ativos regulados de cada serviço, no ano  $t$ , em euros

$AR_{i,SA,t}$  Valor médio do ativo regulado de índice  $i$  afeto a cada serviço, próprio ou em partilha, líquido de subsídios e amortizações, para o ano  $t$ , em euros, dado pela média simples dos valores aceites para efeitos regulatórios de início e final do ano.

$AR_{i,SA,t}^{FV}$  Valor de aquisição aceite do ativo regulado em fim de vida de índice  $i$  afeto a cada serviço, líquido de subsídios, a remunerar no ano  $t$ , em euros

$V_i$  Número de anos de vida útil do ativo regulado em fim de vida de índice  $i$

e com

$$r_e = \left[ k \times \frac{E}{E+D} + k \times \frac{D}{E+D} \times \frac{(1-tx)}{E+D} \right] / (1-tx) \quad (2.1.2)$$

em que:

$r_e$	Taxa de remuneração dos ativos regulados para o período regulatório
$k_e$	Taxa de remuneração do capital próprio
$E$	Capital próprio
$D$	Capital alheio
$k_d$	Taxa de remuneração do capital alheio
$tx$	Taxa de IRC em vigor para o período em análise

3 – Os custos de exploração aceites associados a cada serviço são apurados de acordo com a seguinte expressão:

$$CE_{SA,t} = \begin{cases} CE_{ref,SA,t} & t = 1 \\ CE_{SA,t-1} \times (1 + \Delta IHPC_t - X_{SA,t}) + CEI_{SA,t} & t > 1 \end{cases} \quad (2.2)$$

em que:

$CE_{SA,t}$	Custos de exploração aceites associados a cada serviço, no ano $t$ , em euros
$CE_{ref,SA,t}$	Custos de exploração de referência associados a cada serviço, podendo ser majorados em valor a definir pela entidade competente, no caso de custos decorrentes de ganhos de eficiência permanente, do primeiro ano do período regulatório, em euros
$CE_{SA,t-1}$	Custos de exploração aceites associados a cada serviço, apurados com base nos custos unitários aceites do ano $t-1$ , ponderados pelo volume de atividade previsto para o ano $t$ , em euros
$\Delta IHPC_t$	Taxa de variação do IHPC prevista para o ano $t$
$X_{SA,t}$	Fator de eficiência a aplicar aos custos de exploração associados a cada serviço no ano $t$ , em percentagem
$CEI_{A,t}$	Custos de exploração incrementais aceites associados a cada serviço, positivos ou negativos, apurados tendo em conta o volume de atividade previsto para o ano $t$ , em euros

4 – As receitas adicionais a considerar nos proveitos permitidos de cada serviço são apuradas de acordo com a seguinte expressão:

$$RAd_{SA,t} = RO_{SA,t} \quad (2.3)$$

em que:

$RAd_{SA,t}$       *Receitas adicionais alocadas a cada serviço, no ano t, em euros*

$RO_{SA,t}$       *Receitas operacionais geradas por cada serviço e que não resultam das tarifas ou rendimentos aplicáveis a esses serviços, estimadas para o ano t, em euros*

5 – Os benefícios das atividades complementares para os proveitos permitidos de cada serviço são apurados de acordo com a seguinte expressão:

$$AC_{SA,t} = \left[ \sum_{i=1}^n (LAC_{i,SA,t}) \times p_{e,SA,t} \right], \quad LAC_{i,SA,t} > 0 \quad (2.4)$$

em que:

$AC_{SA,t}$       *Benefícios das atividades complementares de cada serviço, no ano t, em euros*

$LAC_{i,SA,t}$       *Resultados de exploração (resultados operacionais acrescidos das amortizações), se positivos, da entidade gestora provenientes da atividade complementar, de índice i de cada serviço, no ano t, em euros*

$p_{e,A,t}$       *Coeficiente de partilha, determinando a parcela que reverte em benefício dos utilizadores, dos resultados de exploração das atividades complementares, de cada serviço, definida para cada entidade gestora, para o ano t, em percentagem, com  $0 \leq p_{e,A,t} \leq 1$*

C)

## Ajustamentos

- 1 – Os ajustamentos aos proveitos permitidos totais de cada serviço e relativos ao período regulatório anterior são capitalizados para cada ano do período regulatório subsequente, de acordo com a seguinte expressão:

$$Aj_{SA,t} = AAj_{SA,t-1} \times \prod_{i=0}^4 (1 + j_{t+i}) \quad (3)$$

em que:

$Aj_{SA,t}$  Valor atualizado para o ano  $t$  do ajustamento aos proveitos permitidos totais de cada serviço, relativos ao período regulatório anterior, a reconhecer em cada ano do período regulatório subsequente, em euros

$AAj_{SA,t-1}$  Acumulação de ajustamentos aos proveitos permitidos totais, de cada serviço até ao último ano, exclusive, de cada período regulatório ( $t-1$ ), em euros

$(1 + j_{t+i})$  Taxa de capitalização definida pela entidade reguladora para cada ano do período regulatório subsequente

- 2 – Os ajustamentos aos proveitos permitidos totais de cada serviço desenvolvido pela entidade gestora são apurados por somatório dos ajustamentos apurados em cada ano, considerando-se ainda os ajustamentos que forem devidos relativamente a alterações à execução de investimentos ou projetos previstos, de acordo com a seguinte expressão:

$$AAj_{SA,t-1} = [\sum_{n=2}^{p+1} Aj_{SA,t-n}] / p \quad (3.1)$$

Em que:

$AAj_{SA,t-1}$  Acumulação de ajustamentos aos proveitos permitidos totais, de cada serviço até ao último ano, exclusive, de cada período regulatório ( $t-1$ ), em euros



$Aj_{SA,t-n}$  Capitalização, para o ano  $t-1$ , do ajustamento aos proveitos permitidos de cada serviço, referente a um ano  $n$  de um conjunto de anos de um período regulatório anterior, em euros

$p$  Corresponde ao número de anos do período regulatório da entidade

3 – Os ajustamentos de cada ano e para cada serviço são calculados de acordo com a seguinte expressão:

$$Aj_{SA,t-n} = (Aj_{SA,t-n}^{CC} + Aj_{SA,t-n}^{CE} + Aj_{SA,t-n}^{CEI}) \times (1 + j_{(t-n)}) \quad (3.2)$$

Em que:

$Aj_{SA,t-n}^{CC}$  Ajustamento ao custo de capital de cada serviço, referente a um ano  $n$  de um conjunto de anos correspondente a um período regulatório anterior, em euros

$Aj_{SA,t-n}^{CE}$  Ajustamento aos custos de exploração associados a cada serviço, referente ao ano  $t-n$ , em euros

$Aj_{SA,t-n}^{CEI}$  Ajustamento aos custos de exploração, receitas adicionais ou benefícios das atividades complementares, resultantes de alterações relativas à execução do plano de investimentos ou de projetos previstos, nos termos do n.º 2 do art. 48º, referente ao ano  $t-n$ , em euros

$j_{(t-n)}$  Taxa de juro de capitalização definida pela entidade reguladora, verificada no ano do ajustamento, em percentagem

$n$  Corresponde a uma variável do conjunto  $\{2, \dots, p+1\}$  para identificação do ano a que reporta a fórmula

4 – Os ajustamentos ao custo de capital de cada serviço são apurados de acordo com a seguinte expressão:

$$Aj_{SA,t-n}^{CC} = (BAR_{SA,t-n}^R - BAR_{SA,t-n}^E) \times r_{e,t-n} + (\sum_{i=1}^n Am_{i,SA,t-n}^R - \sum_{i=1}^n Am_{i,SA,t-n}^E) \quad (3.3)$$

em que:

$Aj_{SA,t-n}^{CC}$	Ajustamento ao custo de capital de cada serviço, referente ao ano t-n, em euros
$BAR_{SA,t-n}^R$	Valor real da Base de Ativos Regulados, conforme definição da fórmula 2.1.1, de cada serviço no ano t-n, em euros
$BAR_{SA,t-n}^E$	Valor estimado da Base de Ativos Regulados, conforme definição da fórmula 2.1.1, de cada serviço no ano t-n, em euros
$r_{e,t-n}$	Taxa de remuneração de ativos regulados fixada para a entidade gestora, aplicável para o ano t-n, considerando o respetivo período em percentagem
$Am_{i,SA,t-n}^R$	Valor da amortização do ativo regulado de índice i afeto a cada serviço, calculado nos termos do artigo 44º, verificado no ano t-n, em euros
$Am_{i,SA,t-n}^E$	Valor da amortização do ativo regulado de índice i afeto a cada serviço, calculado nos termos do artigo 44º, estimado para o ano t-n, tal como considerado nos proveitos permitidos do ano t-n, em euros

5 – Os ajustamentos relativos aos custos de exploração aceites, associados a cada serviço, são apurados de acordo com a seguinte expressão:

$$AJ_{SA,t-n}^{\sim} = \sum_{i=1}^n (CI_{i,SA,t-n} \times \Delta IC_{i,SA,t-n}) \quad (3.4)$$

em que:

$Aj_{SA,t-n}^{CE}$	Ajustamento aos custos de exploração associados a cada serviço, referente ao ano t-n, em euros
$CI_{i,SA,t-n}$	Custo unitário base aceite para o indutor de custos i de cada serviço, definido para o ano t-n, em euros por unidade
$\Delta IC_{i,SA,t-n}$	Variação da quantidade do indutor de custos i de cada serviço, resultante da variação entre o volume total de água fornecida ou de águas residuais recolhidas efetivamente verificado no ano t-n e o estimado em sede de definição de proveitos permitidos totais do ano t-n, em unidades

D)

## Incentivos

- 1 – Os incentivos são calculados anualmente em cada período regulatório e o seu valor acumulado é integrado nos proveitos permitidos totais do período regulatório subsequente, em sede de cálculo dos ajustamentos, de acordo com a seguinte expressão:

$$I_{SA,t} = [\sum_2^{p+1} I_{t-(p+1)}] / p \quad (4)$$

em que:

$I_{SA,t}$  Valor dos incentivos a incluir nos proveitos permitidos totais, de cada serviço e para cada entidade gestora, no ano  $t$ , em euros

$I_{t-(p+1)}$  Valor acumulado dos incentivos, tal como definidos pela entidade reguladora para cada serviço e cada entidade gestora, correspondentes ao número de anos de um período regulatório, em euros

$p$  Corresponde ao número de anos do período regulatório da entidade

- 2 – Os incentivos a incluir nos proveitos permitidos totais de cada ano, por cada serviço e entidade gestora, são capitalizados de acordo com a seguinte expressão:

$$I_{SA,t-n} = I'_{SA,t-n} \times (1 + j_{(t-n)}) \quad (4.1)$$

em que:

$I_{SA,t-n}$  Valor dos incentivos capitalizado a incorporar no ano  $t$ , tal como definidos pela entidade reguladora para cada serviço e entidade gestora, reportados ao ano  $t-n$ , em euros

$I'_{SA,t-n}$  Valor dos incentivos, tal como definidos pela entidade reguladora para cada serviço e entidade gestora, reportados ao ano  $t-n$ , em euros

$J_{(t-n)}$  Taxa de juro de capitalização definida pela entidade reguladora, verificada no ano (t-n), em percentagem

E)

## Desvio de recuperação de gastos

O desvio de recuperação de gastos acumulado em cada entidade gestora, quando aplicável, a incorporar nos proveitos permitidos totais, por serviço, é dada pela seguinte expressão:

$$\Delta DRG_{SA,t} = (\Delta DRG_t \times \frac{PP_{SA,t}}{PP_t}) \quad (5)$$

em que:

$\Delta DRG_{SA,t}$  Desvio de recuperação de gastos a imputar a cada serviço de cada entidade gestora, no ano t, em euros

$\Delta DRG_t$  Desvio de recuperação de gastos a imputar à entidade gestora pela entidade competente, no ano t, em euros

$\frac{PP_{SA,t}}{PP_t}$  Proporção dos proveitos permitidos definidos para cada serviço nos proveitos permitidos definidos para a entidade gestora, em percentagem

F)

## Apoios financeiros externos

Os apoios financeiros externos atribuídos a entidades gestoras, quando aplicável, são deduzidos aos proveitos permitidos totais de cada serviço, de acordo com a seguinte expressão:

$$AFE_{SA,t} = (AFE_t \times \frac{PP_{SA,t}}{PP_t}) \quad (6)$$

em que:

$AFE_{SA,t}$  Apoio financeiro externo atribuído a cada entidade gestora e imputado a cada serviço, no ano  $t$ , em euros

$AFE_t$  Apoio financeiro externo atribuído a cada entidade gestora, no ano  $t$ , em euros

$\frac{PP_{SA,t}}{PP_t}$  Proporção dos proveitos permitidos definidos para cada serviço nos proveitos permitidos definidos para a entidade gestora, em percentagem

G)

## Variação do saldo regulatório

A variação anual do saldo regulatório a incorporar nos proveitos permitidos totais de cada serviço é dada pela seguinte expressão:

$$\Delta SR_{SA,t} = (AR_{SA,t} - PR_{SA,t}) - ((AR_{SA,t-1} - PR_{SA,t-1}) \times (1 + j_{t-1})) \quad (7)$$

em que:

$\Delta SR_{SA,t}$  Variação positiva ou negativa do saldo regulatório respeitante ao diferimento ou antecipação de receitas tarifárias, por serviço, no ano  $t$ , em euros

$SR_{SA,t}$  Saldo regulatório dado pela diferença entre o ativo regulatório e o passivo regulatório, por serviço, no ano  $t$ , em euros

$AR_{SA,t}$  Ativo regulatório do final do ano  $t$ , correspondente ao diferimento de receitas tarifárias na definição de proveitos permitidos totais de cada serviço, do próprio ano e/ou de anos anteriores, em euros

$PR_{SA,t}$  Passivo regulatório do final do ano  $t$ , correspondente a uma antecipação de receitas tarifárias na definição de proveitos permitidos totais de cada serviço, do próprio ano e/ou de anos anteriores, em euros

- $AR_{SA,t-1}$  Ativo regulatório do final do ano t-1, correspondente ao diferimento de receitas tarifárias na definição de proveitos permitidos totais de cada serviço, de anos anteriores, em euros
- $PR_{t-1}$  Passivo regulatório do final do ano t-1, correspondente a uma antecipação de receitas tarifárias na definição de proveitos permitidos totais de cada serviço, de anos anteriores, em euros
- $j_{t-1}$  Taxa de juro de capitalização definida pela entidade reguladora, verificada no ano t-1, em percentagem

## Apuramento dos proveitos tarifários do serviço de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais

### A)

#### Proveitos tarifários dos serviços prestados em alta

Os proveitos tarifários dos serviços prestados em alta são determinados pela expressão:

$$PT_{eg,t} = PPT_{eg,t} \quad (8)$$

em que:

- $PT_{eg,t}$  Proveitos tarifários do serviço prestado em alta, no ano t, em euros
- $PPT_{eg,t}$  Proveitos permitidos totais do serviço prestado em alta, no ano t, em euros

### B)

#### Proveitos tarifários do serviço prestado em baixa

1 – Os proveitos tarifários dos serviços prestados em baixa são determinados pela expressão:

$$PT_{uf,t} = PPT_{uf,t} - Sub_{uf,s,t} \quad (9)$$

em que:

$PT_{uf,t}$  Proveitos tarifários do serviço prestado em baixa, no ano  $t$ , em euros

$PPT_{uf,t}$  Proveitos permitidos totais do serviço prestado em baixa, no ano  $t$ , em euros

$Sub_{uf,s,t}$  Subsídios à exploração determinados e suportados pela entidade titular, a atribuir à entidade prestadora do serviço em baixa, beneficiando todo o sistema, no ano  $t$ , em euros

2 – Os proveitos tarifários do serviço prestado em baixa são compostos pelos seguintes proveitos tarifários:

$$PT_{uf,t} = PT_{TD,uf,t} + PT_{TV,uf,t} + PT_{SAUX,uf,t} \quad (9.1)$$

em que:

$PT_{uf,t}$  Proveitos tarifários do serviço prestado em baixa, no ano  $t$ , em euros

$PT_{TD,uf,t}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas de disponibilidade, no ano  $t$ , em euros

$PT_{TV,uf,t}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas variáveis, no ano  $t$ , em euros

$PT_{SAUX,uf,t}$  Proveitos tarifários gerados pelos serviços auxiliares ao serviço, no ano  $t$ , em euros

C)

## Proveitos tarifários gerados pela disponibilidade do serviço

1 – Os proveitos tarifários gerados pelas tarifas de disponibilidade do serviço prestado em baixa são determinados pela expressão:

$$PT_{TD,uf,t} = (PT_{uf,t} - PT_{SAUX,uf,t}) \times \varphi \quad (10)$$

em que:

$PT_{TD,uf,t}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas de disponibilidade, no ano  $t$ , em euros

$PT_{uf,t}$  Proveitos tarifários do serviço prestado em baixa, no ano  $t$ , em euros

$PT_{SA,uf,t}$  Proveitos tarifários dos serviços auxiliares ao serviço, no ano  $t$ , em euros

$\varphi$  Percentagem dos proveitos tarifários a gerar por via da aplicação das tarifas de disponibilidade

2 – Os proveitos tarifários gerados pela tarifa de disponibilidade dos utilizadores domésticos são determinados pela expressão:

$$PT_{TD,d,t} = PT_{TD,uf,t} \times \omega - Sub_{TD,d,t} \quad (10.1)$$

em que:

$PT_{TD,d,t}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas de disponibilidade, aplicáveis aos utilizadores domésticos, no ano  $t$ , em euros

$PT_{TD,uf,t}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas de disponibilidade, aplicáveis a todos os utilizadores, no ano  $t$ , em euros

$\omega$  Percentagem dos proveitos tarifários gerados pelas tarifas de disponibilidade de todos os utilizadores, a aplicar à tarifa de disponibilidade de utilizadores domésticos, no ano  $t$

$Sub_{TD,d,t}$  Subsídios à exploração determinados e suportados pela entidade titular, a atribuir à entidade prestadora do serviço em baixa, beneficiando a tarifa de disponibilidade aplicável a utilizadores domésticos, no ano  $t$ , em euros

3 – Os proveitos tarifários gerados pela tarifa de disponibilidade dos utilizadores não domésticos são apurados tendo em conta a expressão:

$$PT_{TD,nd,t} = PT_{TD,uf,t} \times (1 - \omega) \quad (10.2)$$

em que:



- $PT_{TD,nd,t}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas de disponibilidade, aplicáveis a utilizadores não domésticos, no ano  $t$ , em euros
- $PT_{TD,uf,t}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas de disponibilidade aplicáveis a todos os utilizadores, no ano  $t$ , em euros
- $\omega$  Percentagem dos proveitos tarifários gerados pelas tarifas de disponibilidade de todos os utilizadores, a aplicar à tarifa de disponibilidade de utilizadores domésticos, no ano  $t$

## D)

### Proveitos tarifários gerados pela utilização efetiva do serviço

- 1 – Os proveitos tarifários gerados pelas tarifas variáveis do serviço prestado em baixa são definidos pela expressão:

$$PT_{TV,uf,t} = (PT_{uf,t} - PT_{SAUX,uf,t}) \times (1 - \varphi) \quad (11)$$

em que:

- $PT_{TV,uf,t}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas variáveis aplicáveis a todos os utilizadores, no ano  $t$ , em euros
- $PT_{uf,t}$  Proveitos tarifários do serviço prestado em baixa, no ano  $t$ , em euros
- $PT_{SAUX,uf,t}$  Proveitos tarifários gerados pelos serviços auxiliares ao serviço prestado em baixa, no ano  $t$ , em euros
- $\varphi$  Percentagem dos proveitos tarifários a gerar por via da aplicação das tarifas de disponibilidade

- 2 – Os proveitos tarifários gerados pelas tarifas variáveis dos utilizadores domésticos são determinados pela seguinte expressão:

$$PT_{TV,d,t} = PT_{TV,uf,t} \times \tau - Sub_{TV,d,t} \quad (11.1)$$

em que:

- $PT_{TV,d,t}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas variáveis, aplicáveis a utilizadores domésticos, no ano  $t$ , em euros
- $PT_{TV,uf,t}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas variáveis de todos os utilizadores, no ano  $t$ , em euros
- $\tau$  Percentagem dos proveitos tarifários gerados pelas tarifas variáveis de todos os utilizadores a aplicar às tarifas variáveis de utilizadores domésticos, no ano  $t$
- $Sub_{TV,d,t}$  Subsídios à exploração determinados e suportados pela entidade titular, a atribuir à entidade prestadora do serviço em baixa, beneficiando a tarifa variável aplicável a utilizadores domésticos, no ano  $t$ , em euros

3 – Os proveitos tarifários gerados pela tarifa variável dos utilizadores não domésticos são apurados tendo em conta a expressão:

$$PT_{TV,nd,t} = PT_{TV,uf,t} \times (1 - \tau) \quad (11.2)$$

em que:

- $PT_{TV,nd,t}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas variáveis aplicáveis a utilizadores não domésticos, no ano  $t$ , em euros
- $PT_{TV,uf,t}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas variáveis de todos os utilizadores, no ano  $t$ , em euros
- $\tau$  Percentagem dos proveitos tarifários gerados pelas tarifas variáveis de todos os utilizadores a aplicar às tarifas variáveis de utilizadores domésticos, no ano  $t$

E)

## Proveitos tarifários gerados pela utilização de serviços auxiliares

1 – Os proveitos tarifários dos serviços auxiliares ao serviço prestado em baixa são determinados pela expressão:

$$PT_{SAUX,t} = \sum_{i=1}^n PT_{SAUX_{i,t}} = \sum_{i=1}^n C_{SAUX_{i,t}} \quad (12)$$

em que:

$PT_{SA,t}$  Proveitos tarifários gerados pelos serviços auxiliares ao serviço prestado em baixa, domésticos ou não domésticos, no ano  $t$ , em euros

$PT_{SA_{i,t}}$  Proveitos tarifários do serviço auxiliar ao serviço de índice  $i$ , estimados para o ano  $t$ , em euros, sendo que o proveito tarifário de cada serviço auxiliar de índice  $i$  corresponderá ao seu respetivo custo

$C_{SA_{i,t}}$  Custo da prestação do serviço auxiliar ao serviço de índice  $i$ , estimado para o ano  $t$ , em euros

## Cálculo das tarifas do serviço de abastecimento público de água

### A)

#### Tarifas do serviço prestado em alta

- 1 – O valor da tarifa do serviço de abastecimento público de água prestado em alta é calculado pela aplicação da expressão:

$$TAA_{eg,t} = \frac{PT_{eg,t}}{VT_{eg,t}} \quad (13)$$

em que:

$TAA_{eg,t}$  Valor da tarifa do serviço de abastecimento público de água prestado em alta, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$PT_{eg,t}$  Proveitos tarifários do serviço de abastecimento público de água prestado em alta, no ano  $t$ , em euros

$VT_{eg,t}$  *Volume total de água fornecida em alta, estimada para o ano t, em metros cúbicos*

B)

## Tarifas do serviço prestado em baixa a utilizadores domésticos

- 1 – O valor da tarifa de disponibilidade aplicável a utilizadores domésticos pela prestação do serviço de abastecimento público de água é calculado pela aplicação da expressão:

$$TD_{AA,d,t} = \frac{PT_{TD,d,t}^{AA}}{UT_{d,t}^{AA}} \times \frac{1}{DA_t} \quad (14)$$

em que:

$TD_{AA,d,t}$  *Valor da tarifa de disponibilidade aplicável aos utilizadores domésticos pela prestação do serviço de abastecimento público de água, para o ano t, em euros por dia*

$PT_{TD,d,t}^{AA}$  *Proveitos tarifários gerados pelas tarifas de disponibilidade aplicáveis a utilizadores domésticos pela prestação do serviço de abastecimento público de água, no ano t, em euros*

$UT_{d,t}^{AA}$  *Número de utilizadores domésticos com contadores  $Q_3 \leq 4 \text{ m}^3/\text{hora}$  no ano t, dado pela média simples de utilizadores previstos no início e no fim do ano*

$DA_t$  *Dias do ano t*

- 2 – O valor da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos, composta por quatro escalões progressivos, é calculado pela aplicação das seguintes expressões:

- a) Para o 1º escalão da tarifa variável, aplicável aos volumes medidos ou estimados entre 0 e  $5 \text{ m}^3$ , inclusive:

$$TV1_{AA,d,t} = TV2_{AA,d,t} \times \gamma \quad (14.1)$$

em que:

$TV1_{AA,d,t}$  1º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de abastecimento público de água para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$TV2_{AA,d,t}$  2º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de abastecimento público de água, que corresponde ao valor equivalente à tarifa variável média, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico, como definido na alínea b) seguinte.

$\gamma$  Percentagem da tarifa variável média a recuperar no 1º escalão

b) 2º escalão da tarifa variável, aplicável aos volumes medidos ou estimados entre 5 e 15 m<sup>3</sup>, inclusive:

$$TV2_{AA,d,t} = \frac{PT_{TV,d,t}^{AA}}{VT_{AA,d,t}} \quad (14.1.1)$$

Em que:

$TV2_{AA,d,t}$  2º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de abastecimento público de água, de valor equivalente à tarifa variável média, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$PT_{TV,d,t}^{AA}$  Provedos tarifários gerados pelas tarifas variáveis de utilizadores domésticos, estimados para o ano  $t$ , em euros

$VT_{AA,d,t}$  Volume total estimado de água a abastecer a utilizadores domésticos no ano  $t$ , em metros cúbicos

c) 3º escalão da tarifa variável, aplicável aos volumes medidos ou estimados entre 15 e 25 m<sup>3</sup>, inclusive:

$$TV3_{AA,d,t} = TV2_{AA,d,t} + (TV2_{AA,d,t} - TV1_{AA,d,t}) \times \frac{V_{AA,d1,t}}{2 \times V_{AA,d3,t}} \quad (14.1.2)$$

Em que:

$TV3_{AA,d,t}$  3º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de abastecimento público de água, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$TV2_{AA,d,t}$  2º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de abastecimento público de água, de valor equivalente à tarifa variável média, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$TV1_{AA,d,t}$  1º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de abastecimento público de água para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$V_{AA,d1,t}$  Volume estimado de água a abastecer a utilizadores domésticos no ano  $t$ , ao qual seja aplicável ao 1º escalão da tarifa variável, em metros cúbicos

$V_{AA,d3,t}$  Volume estimado de água a abastecer a utilizadores domésticos no ano  $t$ , ao qual seja aplicável o 3º escalão da tarifa variável, em metros cúbicos

d) 4º escalão da tarifa variável, aplicável aos volumes medidos ou estimados superiores 25 m<sup>3</sup>:

$$TV4_{AA,d,t} = TV2_{AA,d,t} + (TV2_{AA,d,t} - TV1_{AA,d,t}) \times \frac{V_{AA,d1,t}}{2 \times V_{AA,d4,t}} \quad (14.1.3)$$

Em que:

$TV4_{AA,d,t}$  4º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de abastecimento público de água, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$TV2_{AA,d,t}$  2º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de abastecimento público de água, de valor equivalente à tarifa variável média, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$TV1_{AA,d,t}$  1º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de abastecimento público de água de água para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$V_{AA,d1,t}$  Volume estimado de água a abastecer a utilizadores domésticos no ano  $t$ , ao qual seja aplicável ao 1º escalão da tarifa variável, em metros cúbicos

$V_{AA,d4,t}$  Volume estimado de água a abastecer a utilizadores domésticos no ano  $t$ , ao qual seja aplicável o 4º escalão da tarifa variável, em metros cúbicos

C)

## Tarifas do serviço prestado em baixa a utilizadores não-domésticos

1 – A tarifa de disponibilidade aplicável aos utilizadores não-domésticos é diferenciada conforme o nível  $n_i$  correspondente à ordenação  $i$  do caudal permanente do contador, sendo o valor de cada nível calculado pela aplicação da expressão:

$$TD_{AA,nd,t}^{n_i} = TD_{AA,d,t} \times \frac{Q_{3n_i}}{Q_{3n_1}} \times [1 + (1 - \tau)] \quad (15)$$

Em que:

$TD_{AA,nd,t}^{n_i}$  Valor da tarifa de disponibilidade aplicável aos utilizadores não-domésticos com contador de  $Q_3$  de nível  $n_i$ , em euros por 30 dias

$TD_{AA,d,t}$  Valor da tarifa de disponibilidade aplicável aos utilizadores domésticos pela prestação do serviço de abastecimento público de água, para o ano  $t$ , em euros por 30 dias

$Q_{3n_i}$  Caudal permanente do contador de nível  $n_i$

$Q_{3n_1}$  Caudal permanente do contador de nível  $n_1$  ( $Q_3 = 4 \text{ m}^3/\text{hora}$ )

$\tau$  Percentagem dos proveitos tarifários gerados pelas tarifas variáveis de todos os utilizadores a aplicar às tarifas variáveis de utilizadores domésticos, no ano  $t$

2 – O valor da tarifa variável aplicável a utilizadores não-domésticos é calculado pela aplicação da expressão:

$$TV_{AA,nd,t} = \frac{PI_{TV,n}^{AA,nd,t}}{VT_{AA,nd,t}^E} \quad (15.1)$$

Em que:

$TV_{AA,nd,t}$  Valor da tarifa variável do serviço de abastecimento público de água, para o ano  $t$ ,

$PT_{TV,nd,t}^{AA}$  Proveitos tarifários gerados pela tarifa variável de utilizadores não-domésticos, estimadas para o ano  $t$ , em euros

$VT_{AA,nd,t}^E$  Volume total estimado de água a abastecer a utilizadores não-domésticos no ano  $t$ , em metros cúbicos

D)

## Tarifas dos serviços auxiliares

O valor da tarifa única de cada serviço auxiliar ao serviço de abastecimento público de água prestado é calculado pela aplicação da expressão:

$$TSAUX_{AA,i,t} = \frac{PT_{SAUX_{AA,i,t}}}{QT_{SAUX_{AA,i,t}}} \quad (16)$$

em que:

$TSAUX_{AA,i,t}$  Valor da tarifa do serviço auxiliar ao serviço de abastecimento público de água de índice  $i$ , para o ano  $t$ , em euros por unidade correspondente

$PT_{SAUX_{AA,i,t}}$  Proveitos tarifários do serviço auxiliar ao serviço de abastecimento de água de índice  $i$ , estimados para o ano  $t$ , em euros

$QT_{SAUX_{AA,i,t}}$  Quantidade previsional do serviço auxiliar ao serviço de abastecimento público de água de índice  $i$ , estimada para o ano  $t$ , nas unidades correspondentes



## Cálculo das tarifas e dos rendimentos tarifários do serviço de saneamento de águas residuais urbanas

A)

### Rendimentos tarifários do serviço prestado em alta

- 1 – O valor dos rendimentos tarifários do serviço de saneamento de águas residuais urbanas prestado em alta é calculado pela aplicação da expressão:

$$RT_{AR,eg,t} = PT_{AR,eg,t} \quad (17)$$

em que:

$RT_{AR,eg,t}$  Valor dos rendimentos tarifários a aplicar em alta aos utilizadores do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, para o ano  $t$ , em euros

$PT_{AR,eg,t}$  Proveitos tarifários do serviço de saneamento de águas residuais urbanas prestado em alta, no ano  $t$ , em euros

- 2 – O valor dos rendimentos tarifários do serviço de saneamento de águas residuais urbanas prestado em alta é faturado a cada utilizador em cada ano, através do método dos caudais desfasados, utilizando a seguinte expressão:

$$RT_{AR,eg,t} = PT_{AR,eg,t} \times \frac{\sum_{i=t-2}^{t-1} VI_{AR,M,i}}{\sum_{i=t-2}^{t-1} VT_{AR,eg,i}} \quad (17.1)$$

em que:

$RT_{AR,eg,t}$  Valor dos rendimentos tarifários a aplicar em alta aos utilizadores do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, para o ano  $t$ , em euros

$PT_{AR,eg,t}$  Proveitos tarifários do serviço de saneamento de águas residuais urbanas prestado em alta, no ano  $t$ , em euros

$VT_{AR,M,i}$  Volume total de águas residuais recolhido do Município nos anos  $t-4$  a  $t-2$ , em metros cúbicos

$VT_{AR,eg,i}$  Volume total de águas residuais recolhido em alta nos anos  $t-4$  a  $t-2$ , em metros cúbicos

## B)

### Tarifas do serviço prestado em baixa a utilizadores domésticos

1 – O valor da tarifa de disponibilidade aplicável a utilizadores domésticos pela prestação do serviço de saneamento de águas residuais urbanas é calculado pela aplicação da expressão:

$$TD_{AR,d,t} = \frac{PT_{TD,d,t}^{AR}}{UT_{d,t}^{AR}} \times \frac{1}{DA_t} \quad (18)$$

Em que:

$TD_{AR,d,t}$  Valor da tarifa de disponibilidade aplicável aos utilizadores domésticos pela prestação do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, para o ano  $t$ , em euros por 30 dias

$PT_{TD,d,t}^{AR}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas de disponibilidade de utilizadores domésticos, em euros

$UT_{d,t}^{AR}$  Número de utilizadores domésticos com contadores  $Q_3 \leq 4 \text{ m}^3/\text{hora}$  no ano  $t$ , dado pela média simples de utilizadores previstos no início e no fim do ano

$DA_t$  Dias do ano  $t$

2 – O valor da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos é calculado pela aplicação das seguintes expressões:

a) Em caso de medição do volume das águas residuais urbanas recolhidas:

i) 1º escalão da tarifa variável, aplicável aos volumes medidos entre 0 e  $5 \text{ m}^3$ , inclusive:

$$TV1_{AR,d,t} = TV2_{AR,d,t} \times \gamma \quad (18.1)$$

Em que:

$TV1_{AR,d,t}$  1º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais urbanas para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$TV2_{AR,d,t}$  2º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, de valor equivalente à tarifa variável média, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$\gamma$  Percentagem da tarifa variável média a recuperar no 1º escalão

- ii) 2º escalão da tarifa variável, aplicável aos volumes medidos entre 5 e 15 m<sup>3</sup>, inclusive:

$$TV2_{AR,d,t} = \frac{PT_{TV,d,t}^{AR}}{VT_{AR,d,t}} \quad (18.1.1)$$

Em que:

$TV2_{AR,d,t}$  2º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais, de valor equivalente à tarifa variável média, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$PT_{TV,d,t}^{AR}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas variáveis de utilizadores domésticos, estimadas para o ano  $t$ , em euros

$VT_{AR,d,t}$  Volume total estimado de águas residuais urbanas a recolher a utilizadores domésticos no ano  $t$ , cujo custo seja repercutível nas tarifas, em metros cúbicos

- iii) 3º escalão da tarifa variável, aplicável aos volumes medidos entre 15 e 25 m<sup>3</sup>, inclusive:

$$TV3_{AR,d,t} = TV2_{AR,d,t} + (TV2_{AR,d,t} - TV1_{AR,d,t}) \times \frac{V_{AR,d1,t}}{2 \times V_{AR,d3,t}} \quad (18.1.2)$$

Em que:

$TV3_{AR,d,t}$  3º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$TV2_{AR,d,t}$  2º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, de valor equivalente à tarifa variável média, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$TV1_{AR,d,t}$  1º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais urbanas para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$V_{AR,d1,t}$  Volume estimado de águas residuais urbanas a recolher a utilizadores domésticos no ano  $t$ , ao qual seja aplicável ao 1º escalão da tarifa variável, em metros cúbicos

$V_{AR,d3,t}$  Volume estimado de águas residuais urbanas a recolher a utilizadores domésticos no ano  $t$ , ao qual seja aplicável o 3º escalão da tarifa variável, em metros cúbicos

iv) 4º escalão da tarifa variável, aplicável aos volumes medidos superiores 25 m³:

$$TV4_{AR,d,t} = TV2_{AR,d,t} + (TV2_{AR,d,t} - TV1_{AR,d,t}) \times \frac{V_{AR,d1,t}}{2 \times V_{AR,d4,t}} \quad (18.1.3)$$

Em que:

$TV4_{AR,d,t}$  4º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$TV2_{AR,d,t}$  2º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, de valor equivalente à tarifa variável média, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$TV1_{AR,d,t}$  1º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais urbanas para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$V_{AR,d1,t}$  Volume estimado de águas residuais urbanas a recolher a utilizadores domésticos no ano  $t$ , ao qual seja aplicável ao 1º escalão da tarifa variável, em metros cúbicos

$V_{AR,d4,t}$  Volume estimado de águas residuais urbanas a recolher a utilizadores domésticos no ano  $t$ , ao qual seja aplicável o 4º escalão da tarifa variável, em metros cúbicos

b) Em caso de indexação ao volume de água fornecida:

i) 1º escalão da tarifa variável, aplicável aos volumes indexados entre 0 e 5 m³, inclusive:

$$TV1_{AR,d,t} = TV2_{AR,d,t} \times \gamma \quad (18.2)$$

Em que:

$TV1_{AR,d,t}$  1º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais urbanas para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$TV2_{AR,d,t}$  2º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, de valor equivalente à tarifa variável média, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$\gamma$  Percentagem da tarifa variável média a recuperar no 1º escalão

- ii) 2º escalão da tarifa variável, aplicável aos volumes indexados entre 5 e 15 m<sup>3</sup>, inclusive:

$$TV2_{AR,d,t} = \frac{PI_{TV,d,t}}{0,9 \times VT_{AA,d,t}} \quad (18.2.1)$$

Em que:

$TV2_{AR,d,t}$  2º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais, de valor equivalente à tarifa variável média, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$PT_{TV,d,t}^{AR}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas variáveis de utilizadores domésticos, estimadas para o ano  $t$ , em euros

$VT_{AA,d,t}$  90% do volume total estimado de água a abastecer a utilizadores domésticos no ano  $t$ , em metros cúbicos

- iii) 3º escalão da tarifa variável, aplicável aos volumes indexados entre 15 e 25 m<sup>3</sup>, inclusive:

$$TV3_{AR,d,t} = TV2_{AR,d,t} + (TV2_{AR,d,t} - TV1_{AR,d,t}) \times \frac{0,9 \times V_{AA,d1,t}}{2 \times (0,9 \times V_{AA,d3,t})} \quad (18.2.2)$$

Em que:

$TV3_{AR,d,t}$  3º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$TV2_{AR,d,t}$  2º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, de valor equivalente à tarifa variável média, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$TV1_{AR,d,t}$  1º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais urbanas para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$V_{AA,d1,t}$  90% do volume estimado de água a abastecer a utilizadores domésticos no ano  $t$ , ao qual seja aplicável ao 1º escalão da tarifa variável, em metros cúbicos

$V_{AA,d3,t}$  90% do volume estimado de água a abastecer a utilizadores domésticos no ano  $t$ , ao qual seja aplicável o 3º escalão da tarifa variável, em metros cúbicos

iv) 4º escalão da tarifa variável, aplicável aos volumes indexados superiores 25 m³:

$$TV4_{AR,d,t} = TV2_{AR,d,t} + (TV2_{AR,d,t} - TV1_{AR,d,t}) \times \frac{0,9 \times V_{AA,d1,t}}{2 \times (0,9 \times V_{AA,d4,t})} \quad (18.2.3)$$

Em que:

$TV4_{AR,d,t}$  4º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$TV2_{AR,d,t}$  2º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, de valor equivalente à tarifa variável média, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$TV1_{AR,d,t}$  1º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de saneamento de águas residuais urbanas para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$V_{AA,d1,t}$  90% do volume estimado de água a abastecer a utilizadores domésticos no ano  $t$ , ao qual seja aplicável ao 1º escalão da tarifa variável, em metros cúbicos

$V_{AA,d4,t}$  90% do volume estimado de água a abastecer a utilizadores domésticos no ano  $t$ , ao qual seja aplicável o 4º escalão da tarifa variável, em metros cúbicos

C)

## Tarifas do serviço prestado em baixa a utilizadores não-domésticos

1 – A tarifa de disponibilidade aplicável aos utilizadores não-domésticos é diferenciada conforme o nível  $n_i$ , correspondente à ordenação  $i$  do diâmetro nominal do contador de abastecimento público de água associado, sendo o valor de cada nível calculado pela aplicação da expressão:

$$TD_{AR,nd,t}^{n_i} = TD_{AR,d,t} \times \left( \frac{Q_{3nAA_i}}{Q_{3nAA_1}} \right) \times [1 + (1 - \tau)] \quad (19)$$

Em que:

$TD_{AR,nd,t}^{n_i}$  Valor da tarifa de disponibilidade aplicável aos utilizadores não-domésticos servidos no abastecimento de água com contador de  $Q_3$  de nível  $n_i$ , em euros por 30 dias

$TD_{AR,d,t}$  Valor da tarifa de disponibilidade aplicável aos utilizadores domésticos pela prestação do serviço de saneamento de águas residuais, para o ano  $t$ , em euros por 30 dias

$Q_{3nAA_i}$  Caudal permanente do contador de nível  $n_i$ , associado ao abastecimento público de água de cada utilizador

$Q_{3nAA_1}$  Caudal permanente do contador de nível  $n_1$  ( $Q_3 = 4$ ), associado ao abastecimento público de água de cada utilizador

$\tau$  Percentagem dos proveitos tarifários gerados pelas tarifas variáveis de todos os utilizadores a aplicar às tarifas variáveis de saneamento de águas residuais a imputar às tarifas dos utilizadores não domésticos

2 – O valor da tarifa variável aplicável aos utilizadores não-domésticos é calculado pela aplicação das seguintes expressões:

a) Em caso de medição do volume das águas residuais urbanas recolhidas:

$$TV_{AR,nd,t} = \frac{PT_{TV,n}^{AR}}{VT_{AR,nd,t}} \quad (19.1)$$

Em que:

$TV_{AR,d,t}^2$  Valor da tarifa variável aplicável aos utilizadores não-domésticos do serviço de saneamento de águas residuais, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$PT_{TV,nd,t}^{AR}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas variáveis de utilizadores não domésticos, estimadas para o ano  $t$ , em euros

$VT_{AR,nd,t}$  Volume total estimado de águas residuais urbanas a recolher a utilizadores não domésticos no ano  $t$ , cujo custo seja repercutível nas tarifas, em metros cúbicos

b) Em caso de indexação ao volume de água fornecida:

$$TV_{AR,nd,t} = \frac{PI_{TV,n}^{d,t}}{0,9 \times VT_{AA,nd,t}} \quad (19.2)$$

Em que:

$TV_{AR,nd,t}$  Valor da tarifa variável aplicável aos utilizadores não-domésticos do serviço de saneamento de águas residuais, para o ano  $t$ , em euros por metro cúbico

$PT_{TV,d,t}^{AR}$  Proveitos tarifários gerados pelas tarifas variáveis de utilizadores não-domésticos, estimadas para o ano  $t$ , em euros

$VT_{AA,d,t}$  Volume total estimado de água a abastecer a utilizadores não-domésticos no ano  $t$ , em metros cúbicos

D)

## Tarifas dos serviços auxiliares

O valor da tarifa única de cada serviço auxiliar ao serviço de saneamento de águas residuais urbanas prestado em baixa é calculado pela aplicação da expressão:

$$TSAUX_{AR,i,t} = \frac{PT_{SAUX_{AR,i,t}}}{QT_{SAUX_{AR,i,t}}} \quad (20)$$

em que:

$TSAUX_{AR,i,t}$  Valor da tarifa do serviço auxiliar ao serviço de saneamento de águas residuais urbanas de índice  $i$ , para o ano  $t$ , em euros por unidade correspondente

$PT_{SAUX_{AR,i,t}}$  Proveitos tarifários do serviço auxiliar ao serviço de saneamento de águas residuais urbanas de índice  $i$ , estimados para o ano  $t$ , em euros



$QT_{SAUX_{AR,i,t}}$  *Quantidade previsional do serviço auxiliar ao serviço de saneamento de águas residuais urbanas de índice  $i$ , estimada para o ano  $t$ , nas unidades correspondentes*